

PROJETO REF-AMP

REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A AÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

2014-2017



Rui Serôdio, Alexandra Serra e José Albino Lima

Com a colaboração de
Paula Lopes, Luísa Catita e Teresa Santos

NOTA SOBRE A EQUIPA INVESTIGAÇÃO DO PROJETO

Coordenação Científica e Técnica:

Rui Serôdio

Psicólogo Social; Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Alexandra Serra

Psicóloga do Comportamento Desviante e da Transgressão; Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte (CESPU, CRL)

José Albino Lima

Psicólogo do Desenvolvimento e da Educação; Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Membros da Equipa de Investigação:

Paula Lopes

Psicóloga (Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho); Investigadora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Luísa Catita

Psicóloga (Psicologia Social); Investigadora e doutoranda da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Teresa Santos

Psicóloga (Psicologia da Saúde); Investigadora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Ana Barbosa

Psicóloga (Psicologia das Organizações, Social e do Trabalho); Investigadora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

Susana Ribeiro

Psicóloga (Psicologia do Trabalho e das Empresas); Investigadora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Um projeto da natureza daquele que aqui se apresenta, no qual se privilegia uma participação ativa de diferentes interlocutores-chave, é assumidamente um processo de coconstrução. Assim, a equipa de investigação que assina a autoria deste trabalho começa por agradecer a colaboração de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração do Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto, e para os outros produtos conexos ao Projeto REF-AMP.

Um primeiro agradecimento deve ser dirigido a todos os municípios da AMP e aos elementos que representaram a sua participação deveras ativa neste trabalho. Desde logo na disponibilidade manifesta na articulação com a equipa para identificar, seleccionar e facultar todos os documentos relevantes para a definição da estratégia que vem sendo implementada na ação social local, tornando assim possível traçar o perfil metropolitano que aqui se apresenta. Contudo, agradecemos particularmente o elevado envolvimento expresso pela cerca de meia centena de pessoas que facultaram contributos inestimáveis para a definição do Referencial Estratégico através das entrevistas realizadas pela equipa de investigação: as senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, os Dirigentes e Técnicos da ação social local, e os demais Interlocutores-Chave dos Municípios ou da Rede Social Local.

À Área Metropolitana do Porto agradecemos o privilégio de, enquanto “Entidade Promotora”, ter-nos proporcionado a oportunidade de desenvolver e concretizar este projeto. Para além de sempre ter assegurado o enquadramento institucional, material e de articulação indispensáveis à execução do trabalho, concedeu condições de total independência e de autonomia técnica e científica à equipa de investigação.

De modo muito particular gostaríamos de realçar o envolvimento e contributos fundamentais da Dra. Susana Castanheira para o desenvolvimento do projeto, nomeadamente enquanto elemento “facilitador” do trabalho de estreita articulação da equipa e com a AMP, mas também com os vários municípios, com os técnicos de ação social local, com os demais parceiros e ainda com entidades regionais cuja colaboração foi fundamental ao projeto. Um agradecimento especial ao Dr. Lino Ferreira pelo seu acompanhamento no desenrolar de todas as fases do projeto. Este agradecimento

estende-se ao Dr. Vítor Pereira pelos seus contributos numa primeira fase do trabalho, e à Enga. Sara Lobão e ao Arq. Avelino Oliveira já em fases mais avançadas do mesmo, os quais, no seio da AMP, como elementos da Comissão Executiva Metropolitana, conferiram o suporte necessário à execução do projeto.

Ainda no contexto do trabalho da AMP ao nível da Ação Social Metropolitana, designadamente no âmbito do Empreendedorismo e Inovação Social, destacamos e agradecemos a colaboração do Instituto de Empreendedorismo Social e a estreita articulação que estabelecemos com os seus elementos. Agradecemos também à FirstStep a articulação com a equipa do projeto na fase inicial do mesmo, e à INOVA+ pelos seus contributos nas fases ulteriores.

Agradecemos ainda às várias entidades regionais cuja disponibilidade e contributos foram fundamentais para a elaboração do REF-AMP, designadamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, os Centros Distritais do Porto e de Aveiro do Instituto de Segurança Social, e as Plataformas Supraconcelhias do Porto e do Entre Douro e Vouga.

Finalmente, expressamos um reconhecido agradecimento à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, de modo especial, ao Prof. Doutor José Alberto Correia que, enquanto Diretor daquela instituição, sempre nos proporcionou o suporte e incentivo indispensáveis à concretização de um projeto com esta abrangência e nível de envolvimento.

ÍNDICE

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO	10
PARTE I – OS PRODUTOS DO PROJETO REF-AMP	14
1. O REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A AÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO 2014-2017	15
1.1. IDEIAS ESTRUTURANTES PARA A DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA	20
1.2. OBJETIVOS ESTRUTURANTES DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO METROPOLITANO	23
Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP	24
Eixos para uma Ação Social Estratégica na AMP	26
Articulação com as orientações estruturantes emanadas da estratégia Europa 2020	27
1.3. EIXOS PRIORITÁRIO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO NA AMP	32
Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar	32
Respostas Operativas – População Sénior	36
Respostas Operativas – Saúde Mental	38
Respostas Operativas - Toxicodependências	39
Respostas Operativas - Deficiências	40
Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego	41
Respostas Operativas – Desemprego	46
Eixo Prioritário 3. Inclusão Social	48
Respostas Operativas – Vulnerabilidade Económica e Social	51
Respostas Operativas – Violência Doméstica	52
Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação	54
Respostas Operativas – Organizações, Técnicos, Colaboradores & Redes Sociais Locais	57
Respostas Operativas – Comunidade	58

	Página
1.4. EIXOS PARA UMA AÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA NA AMP	59
Ação Estratégica 1. Monitor Social Metropolitano	59
Ação Estratégica 2. Avaliação e Monitorização da Implementação	61
Ação Estratégica 3. Avaliação do Impacto Social	63
Ação Estratégica 4. Divulgação e Visibilidade Social das Ações	66
Ação Estratégica 5. Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações	68
Ação Estratégica 6. Empreendedorismo e Inovação Social	70
Ação Social Estratégica na AMP – Respostas Operativas	73
Constituição de quatro “Unidades Estratégicas”	73
Constituição de uma “Unidade de Coordenação e Planeamento Estratégico”	75
1.5. NOTAS FINAIS	77
2. PERFIL ESTRATÉGICO DA AÇÃO SOCIAL NA AMP	79
2.1. CONTEÚDOS-BASE PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL	82
2.2. EIXOS ESTRATÉGICOS	84
2.3. DIMENSÕES ESTRATÉGICAS	86
2.4. TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS	89
2.5. EIXOS ESTRATÉGICOS E DESTINATÁRIOS	91
2.6. TIPOLOGIAS DE POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO	97
2.7. EIXOS ESTRATÉGICOS E POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO	99
2.8. NOTAS FINAIS	105

PARTE II – OS BASTIDORES DO PROJETO REF-AMP

1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO REF-AMP

2. EXECUÇÃO MATERIAL DO PROJETO

4. NOTAS FINAIS

CONCLUSÃO

ANEXOS

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Tendo em vista a definição de uma estratégia metropolitana para a ação social, o Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da Área Metropolitana do Porto (AMP), tomou a iniciativa de elaborar um plano estratégico para este domínio. É assim que, no quadro de uma parceria entre a AMP e a Faculdade de Psicologia e de Ciência da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), se desenvolve o projeto “Referencial Estratégico para a Ação Social na Área Metropolitana do Porto”, que, no essencial, assume um conjunto de critérios que foram instituídos neste domínio pelo Programa Rede Social.

Para o desenvolvimento do projeto foi constituída uma equipa de investigação com coordenação científica e técnica composta por elementos da FPCEUP e do Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte (CESPU, CRL). Estes investigadores desenvolveram o seu trabalho em estreita articulação com a equipa da AMP por forma a assegurar o seu alinhamento no quadro do projeto mais amplo que esta colocou em marcha no domínio da Inovação e do Empreendedorismo Social.

11

Entre os objetivos que guiaram o desenvolvimento e implementação do Projeto REF-AMP, devemos assinalar dois que assumiram um papel estruturante:

- (1) O referencial estratégico deveria ser, em si mesmo, um dispositivo com forte carácter operativo, na medida em que as linhas de ação que fossem propostas deveriam concorrer para a promoção de uma gestão integrada, e em rede, da ação social metropolitana;
- (2) Nas várias etapas que fossem definidas, o projeto deveria ser fortemente estruturado em torno de metodologias de investigação aplicada que tornassem a elaboração do Referencial Estratégico num processo amplamente participado entre os “agentes-chave” no âmbito da implementação das políticas para a ação social no quadro da AMP, designadamente nos municípios que a compõem.

Na primeira parte desta publicação apresentamos os “produtos” do Projeto REF-AMP, reservando-se a segunda parte para o “trabalho de bastidores”, isto é, para a

descrição dos aspetos essenciais do processo de investigação que serve de sustentação empírica a esses produtos.

Deste modo, na primeira secção, começa-se pela apresentação do Referencial Estratégico para a Ação Social Metropolitana. Uma vez apresentadas as “ideias estruturantes” e os “objetivos estruturantes” que resultaram do processo participado por interlocutores-chave de todos os 17 municípios que compõem AMP, apresentam-se os 4 Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social Metropolitana, as Problemáticas Específicas que os compõem e respetivas Respostas Operativas. Estes Eixos Prioritários são os seguintes: Saúde e Bem-Estar, Empregabilidade e Qualificação para o Emprego, Inclusão Social, e Formação e Capacitação.

A um segundo nível, de carácter fundamentalmente funcional e de fomento da gestão integrada e em rede da ação social metropolitana, o Referencial Estratégico propõe 6 Eixos para a Ação Social Estratégica, bem como as Linhas de Ação que lhes são subordinadas. Estes eixos de ação estratégica são os seguintes: Monitor Social Metropolitano, Avaliação e Monitorização da Implementação, Avaliação do Impacto Social, Divulgação e Visibilidade Social das Ações, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações, Empreendedorismo e Inovação Social.

Tomando em consideração o reforço do carácter estratégico que este referencial encerra em resultado de ter sido planeado em sintonia com a designada “Estratégia 2020”, apresenta-se a articulação do REF-AMP tanto com a matriz de estruturação temática do Acordo de Parceria 2014-2020 (Portugal 2020), como com a matriz de Eixos Prioritários Norte 2020 (PO Regional do Norte 2014-2020).

Ainda na primeira parte da publicação, num segundo capítulo, apresenta-se o Perfil Estratégico da Ação Social na AMP elaborado com base nos dispositivos de planificação estratégica da ação social definidos no quadro local dos municípios da AMP.

A segunda parte é dedicada ao mencionado “trabalho de bastidores”. Aqui é feita a descrição de todo o processo de desenvolvimento e execução material do projeto, na qual perpassa a forte participação dos “agentes” locais, manifesta na articulação logística com a equipa da AMP e com os interlocutores dos municípios, no envolvimento dos 48

“interlocutores-chave” entrevistados, no acesso a cerca de uma centena de documentos facultados pelos municípios dos quais cerca de metade sustentaram a elaboração do Perfil Estratégico, e ainda na integração de 36 técnicos dos municípios em dois cursos de formação especializada que lhes facultou a Certificação de Auditor Interno da Qualidade, no âmbito das respostas sociais.

OS PRODUTOS DO PROJETO REF-AMP

O REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A AÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO 2014-2017

Do alinhamento de ideias, conceitos e orientações entre a equipa de investigação e os interlocutores no seio da AMP, definiu-se que o projeto devia ser estruturado de modo a que o seu “produto nuclear”, o Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP fosse em si mesmo, mais um dispositivo de potenciação das sinergias, das dinâmicas e do impacto social e político da própria região que a AMP representa. Por exemplo, o REF-AMP poderá ser um dispositivo importante no papel pivô da AMP na definição de estratégias e modos de funcionamento no domínio da ação social, com potencial de transposição para planos suprarregionais ou nacionais.

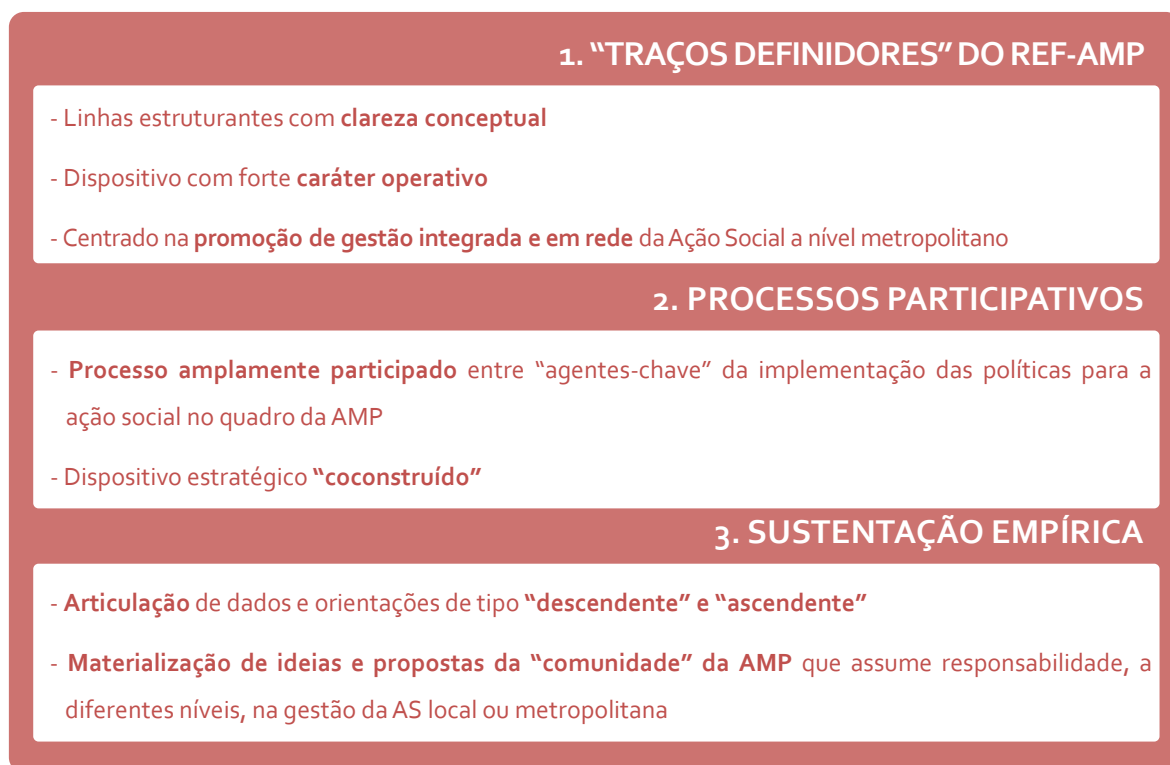
De facto, por vários fatores, entre os quais a sua representatividade demográfica e social, a Área Metropolitana do Porto é um contexto privilegiado para a criação e implementação de modelos integrados de “funcionamento em rede” que potenciem os recursos e o impacto de quaisquer projetos ou políticas centradas na promoção do desenvolvimento e inclusão social.

Na Figura 1 sumaria-se o conjunto de Pressupostos-Base que orientaram o desenvolvimento do Projeto REF-AMP. Entre os “traços definidores” que deveriam estar associados ao REF-AMP o pressuposto de o estruturar de modo a que se tornasse num dispositivo com forte carácter operativo era primordial. A ideia do REF-AMP enquanto “ferramenta de trabalho” ao nível metropolitano que deve servir para estruturar estrategicamente tanto as políticas sociais locais, como a orientações centradas em eixos, áreas, grupos ou territórios de intervenção prioritária, ou mesmo os modelos para as implementar através de ações concretas “no terreno”, foi transversal a todas as etapas que conduziram ao produto final que aqui se apresenta.

Contudo, considerou-se desde logo que o seu carácter eminente operativo não devia sobrepor-se ao facto de que o REF-AMP é, antes de mais, justamente o que a sua nomenclatura pretende: um plano estratégico para a ação social, com uma conceção, uma ideia clara acerca das linhas estruturantes de uma política metropolitana que deve servir de base à definição de uma estratégia concertada e articulada entre os vários municípios que compõem a AMP. Ou seja, o nível operativo do REF-AMP, patente na

estrutura que assumiu, resulta da operacionalização de “uma ideia metropolitana para a ação social”: portanto, este nível é sempre subsidiário do seu nível conceptual.

FIGURA 1. **PRESSUPOSTO-BASE DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO REF-AMP**



Apropriando-nos do pensamento de Kurt Lewin, a propósito da orientação conceptual de fundo do REF-AMP, poderíamos dizer que “não há nada mais prático do que uma boa teoria”. No caso de REF-AMP trata-se da definição de uma ideia do que deve ser a estratégia metropolitana para a ação social, sabendo-se de antemão que esta deve ser orientada para a promoção de uma gestão integrada e em rede a nível metropolitano.

Em diversas partes do presente trabalho será demonstrado a extensão com que se concretizou o pressuposto-base segundo o qual o REF-AMP devia ser o resultado de um processo amplamente participado entre os “agentes-chave” da implementação das políticas para a ação social no quadro da AMP. O REF-AMP é inquestionavelmente um dispositivo estratégico que resulta de um processo de coconstrução, tanto entre a equipa

de investigação com os interlocutores envolvidos, como, porventura mais importante, entre os diferentes interlocutores dos vários municípios que compõem a AMP.

Em última instância, podemos encarar a equipa de investigação que desenvolveu este projeto como um “mediador” da concertação de ideias entre os vários agentes envolvidos, e como o “veículo” que as traduziu num produto, o REF-AMP, que estrutura essas ideias e as concretiza em função dos objetivos inicialmente definidos. Efetivamente, em nosso entender, o Referencial Estratégico é a materialização da articulação coerente entre orientações de tipo “ascendente” e “descendente”: entre as propostas de “cada indivíduo”, a sistematização das ideias do coletivo, e a integração das orientações de grandes planos estratégicos de nível supraordenado.

Tendo sempre em mente o carácter operativo que o REF-AMP deve ter (a ideia de “ferramenta de trabalho”), mas assumindo que não pode perder-se de vista a orientação conceptual de fundo que este operacionaliza (a “ideia metropolitana para a ação social” que veicula), definiu-se uma organização que, em nosso entender, permite estruturar com clareza uma estratégia metropolitana para a ação social.

Uma estratégia que, no corpo do REF-AMP que se apresenta de seguida, se define através de vários níveis de análise: (1) definem-se grandes Ideias Estruturantes para uma política de ação social estratégica, concertada e articulada ao nível metropolitano; (2) estruturam-se as orientações estratégicas de fundo em função de dois Objetivos Estruturantes de carácter supraordenado aos demais; (3) operacionalizando estes objetivos de ordem superior, definem-se, em primeiro lugar, Eixos Prioritários de Intervenção, e as respetivas Áreas ou Populações-Alvo, e de seguida, as Ações Estratégicas e respetivas Linhas de Ação, que deverão nortear as ações focadas naqueles eixos prioritários; (4) o carácter mais eminentemente operativo do REF-AMP traduz-se na definição de Respostas Operativas em todos os níveis da sua estruturação.

REFERENCIAL ESTRATÉGICO PARA A AÇÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Estrutura dos Conteúdos

- 1.1. IDEIAS ESTRUTURANTES PARA A DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA
- 1.2. OBJETIVOS ESTRUTURANTES DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO
- 1.3. EIXOS PRIORITÁRIOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO NA AMP
- 1.4. EIXOS PARA UMA AÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA NA AMP
- 1.5. NOTAS FINAIS

1.1. IDEIAS ESTRUTURANTES PARA A DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

O **Referencial Estratégico para a Ação Social na AMP** foi elaborado tendo como base de sustentação conceptual um conjunto de **Ideias Estruturantes** que deviam encontrar materialização no enquadramento estratégico que fosse dado aos Eixos Prioritários e às Linhas de Ação Estratégica do plano Metropolitano. Na prática estas ideias estruturantes correspondem também aos “princípios” que a AMP assume como sendo aqueles que devem nortear uma estratégia metropolitana para a ação social. Estas ideias de fundo foram delineadas a partir da articulação entre o quadro conceptual assumido pela equipa de investigação e os contributos a este respeito recolhidos junto dos interlocutores-chave do projeto.

Na Figura 1.1.1 apresenta-se uma sùmula das Ideias Estruturantes do REF-AMP, que, como poderá constatar-se nos capítulos seguintes, tiveram influência determinante a vários níveis de estruturação do plano: desde a conceção e opções metodológicas subjacentes aos grandes eixos estratégicos (Eixos Prioritários, Ações Estratégicas), até ao teor das diretrizes operativas que são propostas em cada eixo.

As ideias que devem ser incorporadas na estratégia metropolitana para a ação social são eminentemente interdependentes. Mais ainda, encerram um conjunto de princípios com consequências tanto conceptuais como operativas na construção de uma “cultura metropolitana” de articulação estratégica aos níveis intermunicipal e supramunicipal. No entender dos “agentes metropolitanos” representados no Projeto REF-AMP a coconstrução desta cultura metropolitana a “17 mãos” deve assentar nas 5 ideias estruturantes seguintes:

(1) Construção de uma Identidade AMP

Pela concertação estratégica na definição e implementação das políticas de matriz metropolitana para a ação social. Procura-se uma gestão e implementação da ação social que seja participada e participativa, com impacto na definição de uma Identidade AMP. Além do mais, o REF-AMP incorpora diversas orientações que pretendem enquadrar os vários Planos de

Desenvolvimento Social desenvolvidos a nível municipal, conferindo-lhes uma matriz de ação inter ou supramunicipal;

(2) Desenvolvimento de cultura de partilha do esforço e da responsabilidade coletiva

A conceção e planificação estratégica das respostas sociais metropolitanas, bem como, os recursos, materiais e humanos, necessários à elaboração e implementação dessa estratégia constituem um dispositivo fundamental para a promoção de uma cultura de partilha do esforço e da responsabilidade coletivas;

(3) Promoção do trabalho em rede aos níveis Inter e Supramunicipal

As orientações e ações concretas decorrentes do REF-AMP, e definidas no contexto metropolitano, devem sustentar-se em mecanismos facilitadores e promotores do funcionamento em rede. Tal pressuposto deve concretizar-se, quer ao nível das redes sociais locais, como na articulação e interligação entre as redes sociais implementadas a nível municipal ou intermunicipal;

21

(4) Maximização da relação entre investimento e impacto da implementação das políticas metropolitanas para Ação Social

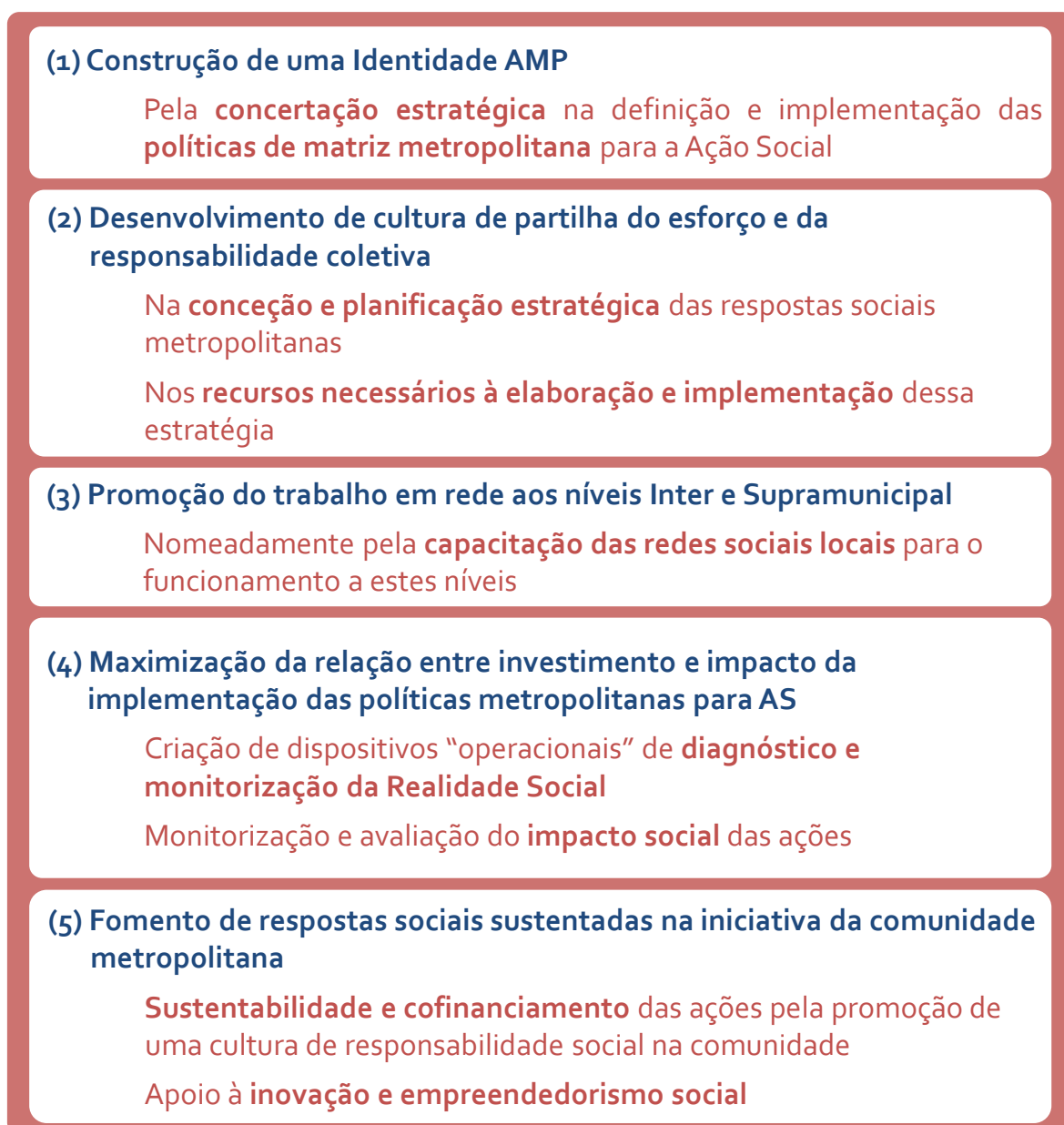
Para além das consequências da concretização das três ideias estruturantes anteriores na potenciação e impacto da ação social a nível metropolitano, é fundamental desenvolver e implementar, nomeadamente, dispositivos “operacionais” de (1) diagnóstico e monitorização da Realidade Social; (2) monitorização e avaliação do impacto social das ações. Com efeito, a gestão e ação social metropolitana deve objetivar-se numa cultura de excelência tentando maximizar a relação entre investimento e impacto da implementação das políticas metropolitanas para Ação Social;

(5) Fomento de respostas sociais sustentadas na iniciativa da comunidade metropolitana

Finalmente deve salientar-se a ideia estruturante que preconiza o fomento de respostas sociais sustentadas na iniciativa da comunidade metropolitana. Tal pressuposto concretiza-se, designadamente, pelo apoio à inovação e

empreendedorismo social, bem como, através da sustentabilidade, cofinanciamento das ações e promoção de uma cultura de responsabilidade social ancorada na própria comunidade.

FIGURA 1.1.1 **IDEIAS ESTRUTURANTES PARA A DEFINIÇÃO DAS LINHAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA**



O alinhamento destas cinco ideias estruturantes interdependentes será fundamental para a sedimentação de uma cultura orientada para uma gestão participada

e participativa da AMP, tendo em vista a definição das suas políticas para a ação social no contexto metropolitano.

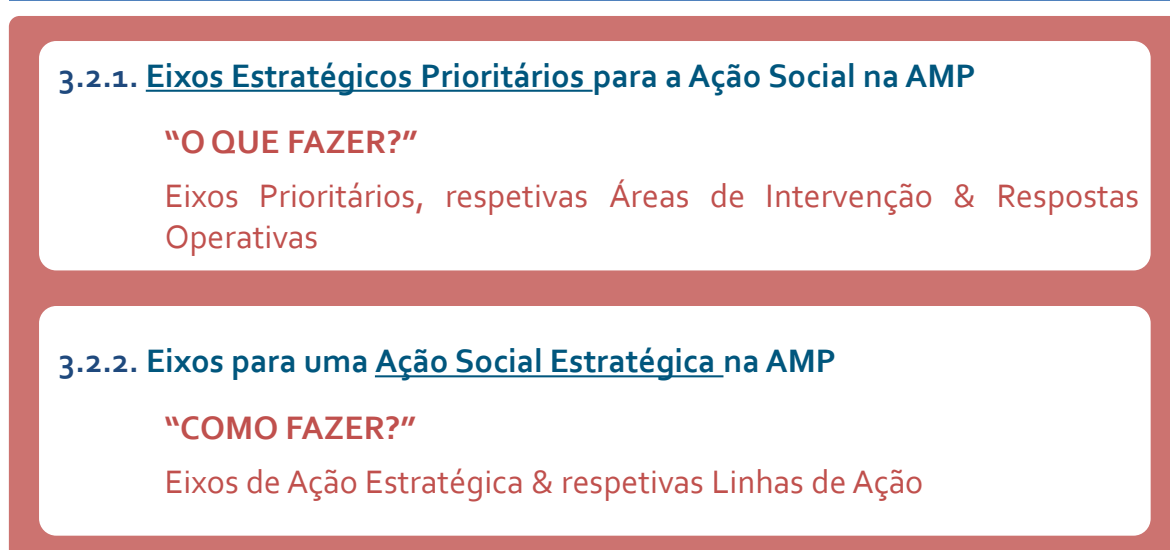
1.2. OBJETIVOS ESTRUTURANTES DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO METROPOLITANO

Desde logo, no enquadramento conceptual do Projeto REF-AMP, foi definido entre a equipa da FPCEUP e os interlocutores da AMP que o Referencial Estratégico devia ser simultaneamente um dispositivo referenciador e operativo da ação social no contexto dos 17 municípios que compõem esta comunidade.

Contudo, tal como acima introduzimos, **o carácter eminentemente operativo devia ser subsidiário do seu nível conceptual**. Em suma, trata-se de uma orientação que assume que apenas depois de se “pensar a ação” faz sentido que se aja. Isto será tanto mais verdade quando se trata da definição de uma ação a “muitas mãos” que se pretende que seja concertada, articulada, partilhada: o mesmo que dizer, estratégica.

23

FIGURA 1.2.1 **OBJETIVOS ESTRUTURANTES DO REFERENCIAL ESTRATÉGICO METROPOLITANO**



Articulando aquele pressuposto-base do enquadramento do projeto com a análise aos contributos dos múltiplos Interlocutores-Chave emergiu a conceção de um Referencial Estratégico que deve dar resposta às seguintes duas questões interligadas:

- (1) **“O que (queremos) fazer?”** – ou seja, o REF-AMP deve identificar os campos de atuação considerados estrategicamente prioritários;
- (2) **“Como (o podemos) fazer?”** – ou seja, o REF-AMP deve propor mecanismos, processos, metodologias que sustentem as políticas que devem ser desenvolvidas para potenciar uma resposta estratégica efetiva aos campos de atuação identificados.

Assim, o **Referencial Estratégico** foi totalmente definido em função dos dois **Objetivos Estruturantes** que subjazem aquelas duas questões, e que se sumariam na Figura 1.2.1: **Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP** (doravante designados por Eixos Prioritários) e **Eixos para uma Ação Social Estratégica na AMP** (doravante designados por Ações Estratégicas).

Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP

24

Para dar resposta àquela primeira questão o **REF-AMP** apresenta as **Áreas de Intervenção** organizadas em categorias mais amplas que integram os designados **Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social**.

Na realidade, apesar de os Eixos Prioritários manterem importantes pontos de contacto (ou mesmo de sobreposição) entre si, permitem isolar e agregar as principais preocupações e necessidades em grandes domínios de atuação.

Tal como se apresenta na Figura 1.2.2, os Eixos Prioritários dizem respeito a dimensões relativas a **Saúde e Bem-Estar; Empregabilidade e Qualificação para o Emprego; Inclusão Social; e Formação e Capacitação**.

Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP

FIGURA 1.2.2

EIXOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO SOCIAL

1. SAÚDE E BEM-ESTAR
2. EMPREGABILIDADE E QUALIFICAÇÃO PARA O EMPREGO
3. INCLUSÃO SOCIAL
4. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP

A resposta à primeira questão, “O que (queremos) fazer?”, resultou na definição de 4 Eixos Prioritários. O critério empregue para a definição destes eixos em concreto foi o de que estes deveriam “dar corpo” ao conjunto de necessidades ou áreas de intervenção social que fossem reportadas por mais de 20% dos 48 interlocutores-chave entrevistados no decorrer do processo de elaboração do REF (Etapa 2, cf. Parte II).

Para cada Eixo Prioritário identificaram-se as respostas sociais que poderiam ser mais eficazes e/ou ter um maior impacto se ocorressem a nível supramunicipal. Dado o seu carácter heterogéneo estas Respostas Operativas foram sistematizadas em três dimensões:

Estruturas e equipamentos: Respostas operativas que incidem sobre dimensões estruturais, incluindo as características físicas e ambientais dessas estruturas. Genericamente estas respostas operativas focam-se na criação, adaptação ou rentabilização das referidas estruturas ou equipamentos. Referem-se, portanto, a características mais estáveis dos contextos que estabelecem condições básicas consideradas adequadas para a prossecução ou potenciação das respostas sociais.

Eixos Estratégicos Prioritários para a Ação Social na AMP

(Continuação)

Funcionamento e processos: Respostas operativas que abrangem dimensões processuais ou de funcionamento das estruturas que asseguram as respostas sociais. Dizem respeito às interações que ocorrem no seio das instituições e aos processos de funcionamento interinstitucional ou em rede. A este nível as respostas operativas focam-se nos “modos de funcionamento” através da implementação, reorganização ou potenciação dessas modalidades de funcionamento, interação ou processos organizacionais.

Capacitação: Respostas operativas que, para além da sua inerente matriz estrutural e processual, integram mecanismos de formação, qualificação e capacitação dos indivíduos, organizações e comunidade em geral.

O segundo nível do REF-AMP, de carácter fundamentalmente funcional e assente na gestão integrada da ação social metropolitana, apresenta seis Eixos de Ação Estratégica: o Monitor Social Metropolitano, a Avaliação e Monitorização da Implementação, a Avaliação do Impacto Social, a Divulgação e Visibilidade Social das Ações, a Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações e o Empreendedorismo e Inovação Social.

26

Eixos para uma Ação Social Estratégica na AMP

O segundo nível do REF-AMP, é de carácter fundamentalmente operativo ou funcional e assente na ideia de promoção de uma política metropolitana de gestão integrada da ação social, daí a sua designação de **Eixos de Ação Estratégica**. O REF-AMP propõe **6 Eixos de Ação Estratégica**: o **Monitor Social Metropolitano**, a **Avaliação e Monitorização da Implementação**, a **Avaliação do Impacto Social**, a **Divulgação e Visibilidade Social das Ações**, a **Responsabilidade Social**, **Sustentabilidade e Financiamento das Ações** e o **Empreendedorismo e Inovação Social** (cf. Figura 1.2.3).

FIGURA 1.2.3

Eixos para a Ação Social Estratégica na AMP

EIXOS PARA A AÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA

1. MONITOR SOCIAL METROPOLITANO
2. AVALIAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
3. AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL
4. DIVULGAÇÃO E VISIBILIDADE SOCIAL DAS AÇÕES
5. RESPONSABILIDADE SOCIAL, SUSTENTABILIDADE
E FINANCIAMENTO DAS AÇÕES
6. EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL

Articulação com as orientações estruturantes emanadas da estratégia Europa 2020

27

Através da designada estratégia Europa 2020 a União Europeia apresentou a sua estratégia global para desenvolvimento económico e social no contexto europeu. É um plano estratégico de “largo espectro” na medida em que traça linhas estratégicas para os vários setores relevantes para a promoção do desiderato de desenvolvimento europeu que o documento preconiza. A orientação política de fundo é a de que deve ser desenvolvido um **modelo económico europeu assente em 3 pilares: crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo**. A estratégia europeia proposta no documento Europa 2020 deve ser incorporada pelos estados membros na sua própria estratégia nacional, sendo claro no documento que os fundos estruturais a que estes têm acesso devem concorrer para a **promoção do Emprego, da Produtividade e da Coesão Social**, assente no incremento dos índices europeu em torno de **5 objetivos nucleares: Emprego; Investigação & Desenvolvimento, e Inovação; Mudanças Climáticas e Energia; Educação; Redução da Pobreza e da Exclusão Social**.

A generalidade daqueles objetivos da Estratégia Europa 2020 foi considerada no trabalho conceptual de definição do REF-AMP. Contudo, são evidentemente fundamentais as orientações que visam a promoção da Coesão Social, designadamente pela Redução da Pobreza e da Exclusão Social.

REF-AMP & PORTUGAL 2020

PORTUGAL 2020

MATRIZ DE ESTRUTURAÇÃO TEMÁTICA: DOMÍNIOS E OBJETIVOS

FIGURA 1.2.4

DOMÍNIO TEMÁTICO	OBJETIVO TEMÁTICO
Competitividade e Internacionalização	<p>OT 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</p> <p>OT 2 - Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade</p> <p>OT 3 - Reforçar a competitividade das PME e dos setores agrícola das pescas e da aquicultura</p> <p>OT 7 - Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas redes de infraestruturas</p> <p>OT 11 - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>
Inclusão Social e Emprego	<p>OT 8 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores</p> <p>OT 9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</p>
Capital Humano	<p>OT 10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida</p>
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	<p>OT 4 - Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores</p> <p>OT 5 - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão dos riscos</p> <p>OT 6 - Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos</p>

Efetivamente, a estratégia nacional desenhada para o período 2014-2020 no plano Portugal 2020 (Acordo de Parceria 2014-2020) incorpora em políticas nacionais a generalidade das orientações europeias nos vários domínios. Como será assinalado adiante, **no Referencial Estratégico encontra-se um conjunto de Domínios Temáticos do Portugal 2020 com concretização explícita através dos Eixos Prioritários para a Ação Social na AMP. Devemos salientar, nomeadamente, os domínios relativos à (1) Inclusão Social e Emprego; ao (2) Capital Humano e à (3) Competitividade e Internacionalização.** Estes Domínios traduzem-se em vários **Objetivos Temáticos (OT)** centrais, os quais, como seria expectável, também se relacionam com os **Eixos Prioritários do REF-AMP.**

REF-AMP & PORTUGAL 2020

Entre os Objetivos Temáticos (OT) propostos no documento de Acordo de Parceria 2014-2020, Portugal 2020, evidenciam-se no REF-AMP os referentes a Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (OT8); Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (OT9); Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (OT10); Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública (OT 11) e Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (OT1).

REF-AMP & NORTE 2020

Ainda no quadro da estratégia europeia para o período 2014-2020, devia ser traduzido ao nível das políticas regionais o amplo espectro de orientações propostas. Obviamente, as políticas regionais são subsidiárias dos planos nacionais, pelo que o documento estratégico Norte 2020 (Programa Operacional regional do Norte, 2014-2020) incorpora nas suas orientações estruturantes as dimensões que derivam do Portugal 2020.

Com base na Matriz de Eixos Prioritários (EP) inscrita no documento Norte 2020 constata-se que 7 desses 10 eixos têm tradução operativa nos Eixos Prioritários do REF-AMP.

Têm particular destaque na estratégia metropolitana para a ação social desenhada no REF-AMP os Eixos Prioritários do Norte 2020 que dizem respeito a (1) EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; (2) EP2 – Competitividade das Pequenas e Médias Empresas; (3) EP6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores; (4) EP7 – Inclusão Social e Pobreza; (5) EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida; (6) EP9 – Capacitação Institucional e TIC; e (7) EP10 – Assistência Técnica.

FIGURA 1.2.5

NORTE 2020 MATRIZ DE EIXOS PRIORITÁRIOS

EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

EP2 – Competitividade das Pequenas e Médias Empresas

EP3 – Economia de Baixo Teor de Carbono

EP4 – Qualidade Ambiental

EP5 – Mobilidade e Transportes

EP6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores

EP7 – Inclusão Social e Pobreza

EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida

EP9 – Capacitação Institucional e TIC

EP10 – Assistência Técnica

**REF-AMP
& NORTE 2020**

Os Eixos Prioritários alinhados no Norte 2020 envolvem a definição de diversas Prioridades de Investimento. Entre estas destacam-se as relativas à inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; as estratégias de desenvolvimento local de base comunitária; a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária; criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa; Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

1.3. EIXOS PRIORITÁRIOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO NA AMP

Neste capítulo apresenta-se o primeiro Objetivo Estruturante do REF-AMP: os designados Eixos Prioritários para a Ação Social na AMP, definindo em cada um deles as Áreas de Intervenção em torno dos quais estes se estruturam.

São também apresentadas as propostas ao nível essencialmente operativo e subordinado do REF-AMP: as designadas Respostas Operativas. Como poderá constar-se transversalmente à sua estrutura, **mesmo ao nível mais eminentemente operativo deste referencial procurou-se sempre sustentá-lo numa clara orientação conceptual que permita o melhor enquadramento das futuras ações que sejam desenvolvidas nos Planos de Ação da AMP para implementar estas respostas operativas de carácter estratégico.**

Assim, as respostas operativas estão estruturadas em 3 Dimensões Estratégicas, consoante são: (1) Focadas na criação/adaptação/rentabilização de estruturas ou equipamentos; (2) Focadas na reorganização/potenciação do funcionamento existente e/ou processos em curso; (3) Focadas na Capacitação.

32

Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

O CONCEITO: O Eixo Prioritário Saúde e Bem-Estar assenta na definição da Organização Mundial de Saúde: a saúde concebida como um estado completo de bem-estar físico, mental e social.

Este eixo integra as áreas de intervenção e/ou populações-alvo identificadas como deficitárias ao nível do bem-estar biopsicossocial, nas dimensões relativas à prevenção, tratamento, reabilitação ou promoção das condições de saúde.

Assim, no contexto da AMP e no Eixo Prioritário centrado na Saúde e Bem-Estar, identificaram-se como mais representativas e prioritárias as seguintes 4 Áreas de Intervenção ou Populações-Alvo: **a População Sénior, a Saúde Mental, as Toxicodependências e as Deficiências.**

FIGURA 1.3.1

Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar



Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

A representatividade de cada área de intervenção ou população-alvo (cf. Figura 1.3.1) foi aferida a partir da sua identificação simultânea por pelo menos 20% dos interlocutores (1) enquanto necessidade prioritária no âmbito da ação social do município e (2) enquanto necessidade com uma natureza marcadamente supramunicipal. A avaliação da natureza supramunicipal de uma área de intervenção foi realizada a partir das respostas a duas questões, uma relativa à identificação de respostas que poderiam ser potenciadas se equacionadas ou implementadas ao nível intermunicipal ou supramunicipal e outra focada especificamente na natureza marcadamente supramunicipal ou intermunicipal das necessidades.

Nas 37 entrevistas que identificavam a Saúde e Bem-estar como dimensão a ser priorizada, foi possível encontrar 94 referências diretas a pelo menos uma das Áreas de Intervenção do Eixo Prioritário I. Este índice de Saturação da temática em análise indicia de forma notória a sua representatividade (77.1%).

A Saúde Mental foi considerada a Área de Intervenção com uma natureza mais marcadamente supramunicipal (31.25%), seguida da população sénior e da população toxicodependente que apresentam a mesma percentagem (22.92%). Em termos da sua representatividade ao nível municipal a população sénior salienta-se como a área (...)

Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

(continuação)

(...) mais reportada (64.50%). De salientar que a Área de Intervenção das deficiências, designadamente a deficiência mental, é sinalizada por apenas 14.58% dos interlocutores como campo de ação com uma natureza potencialmente supramunicipal. No entanto, como foi referenciada como uma necessidade municipal em 47.92% das entrevistas, valor muito superior ao ponto de corte considerado (20%), foi então incluída.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

O Eixo Prioritário de Ação Social relativo à Saúde e Bem-Estar encontra suporte estratégico nos documentos Portugal 2020 e Norte 2020.

No quadro do Portugal 2020 encontra sustentação nos seguintes Objetivos Temáticos:

OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC relativas à administração em linha, aprendizagem em linha, info inclusão, cultura em linha e saúde em linha);

OT8 – Promover a Sustentabilidade e Qualidade do Emprego, Apoiar Mobilidade dos Trabalhadores, (8.6) Envelhecimento ativo e saudável;

OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, (9.1), Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (9.3) Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; (9.4) Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral; (9.7) Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.

Eixo Prioritário 1.
Saúde e Bem-Estar

(continuação)

No Plano Norte 2020 verifica-se sustentação do REF-AMP nos seguintes Eixos Prioritários e respetivas Prioridades de Investimento:

EP7 – Inclusão Social e Pobreza, (7.2) Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária; (7.3) Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária; (7.5) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.

EP9 – Capacitação Institucional e TIC, (9.3) O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.

Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

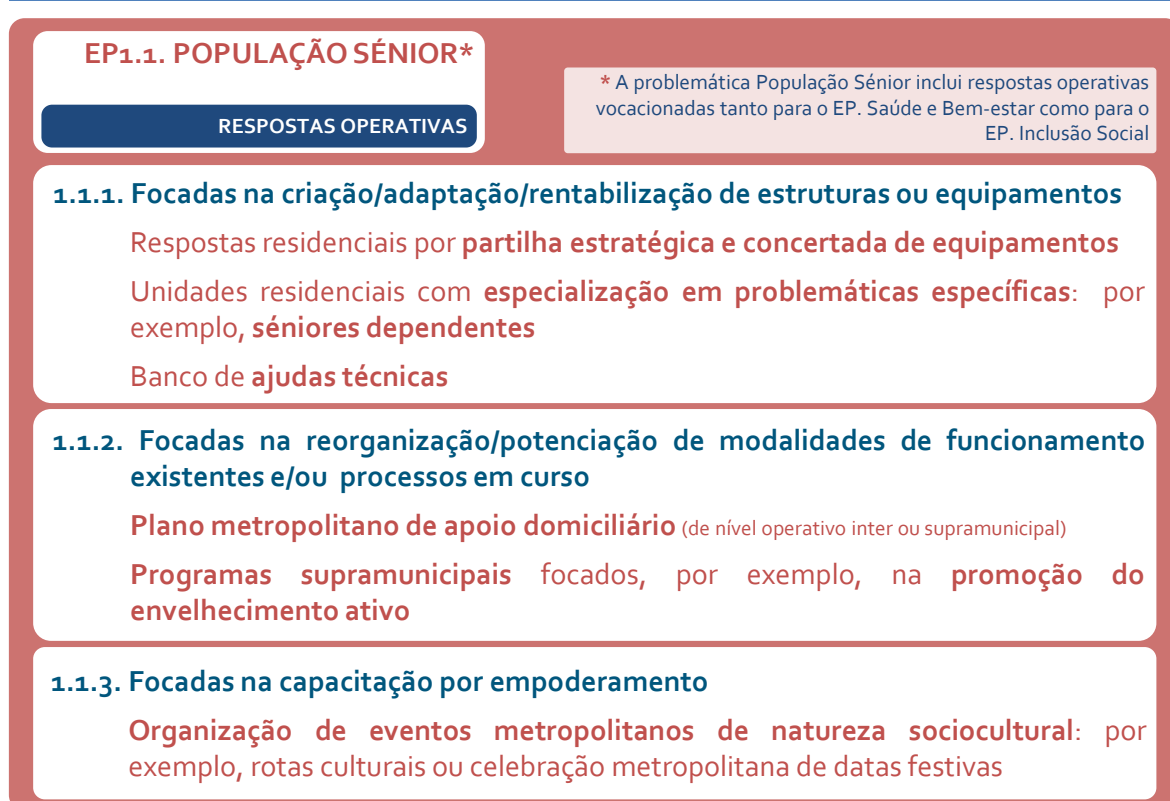
Respostas Operativas

Nesta secção apresentam-se as Respostas Operativas definidas para cada uma das Áreas de Intervenção ou População-Alvo do Eixo Prioritário 1.

População Sénior – Respostas Operativas

População Sénior Respostas Operativas

FIGURA 1.3.2



Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

População Sénior - Respostas Operativas

As Respostas Operativas surgem discriminadas por Área de Intervenção na medida em que podem ter uma natureza claramente distinta entre si.

No que se refere à População Sénior, como se pode constatar na Figura 1.3.2, são identificadas Respostas Operativas nas três dimensões consideradas.

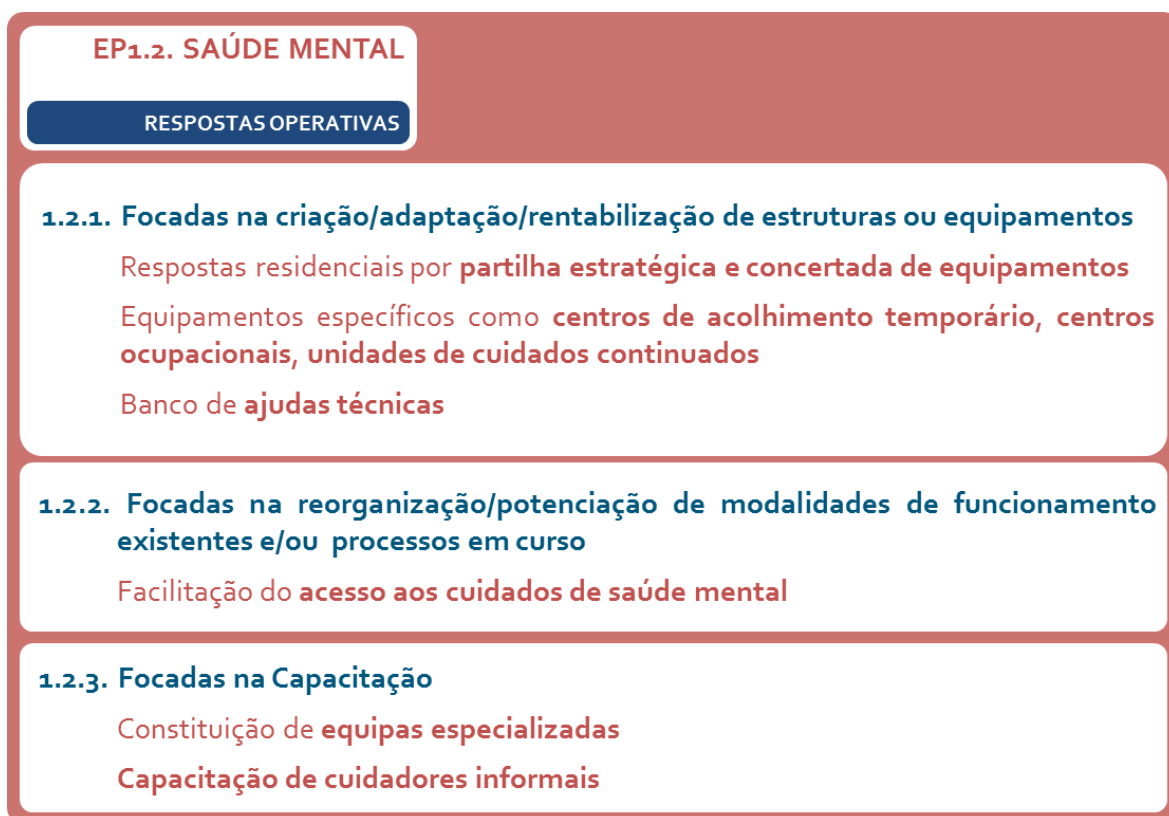
Ao nível das estruturas estão patentes as respostas de tipo residencial pela partilha rentabilizada de equipamentos, respostas residenciais para problemáticas específicas e a criação de um Banco Metropolitano de Produtos de Apoio.

Já ao nível das respostas centradas em processos de funcionamento em curso num plano municipal, encontra-se a proposta de um Plano Metropolitano de Apoio Domiciliário e a promoção de Programas Supramunicipais de interesse como é o caso do envelhecimento ativo. No âmbito da capacitação destaca-se a organização de eventos socioculturais dirigidos para esta faixa populacional.

Saúde Mental – Respostas Operativas

Saúde Mental
Respostas Operativas

FIGURA 1.3.3



Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

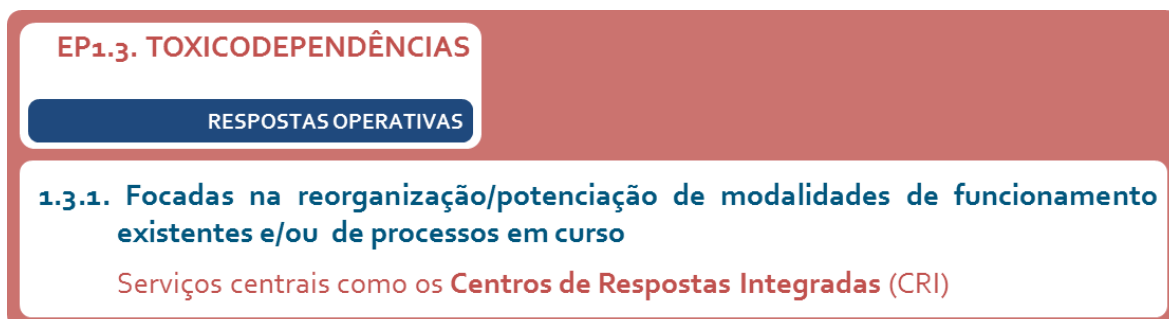
Saúde Mental - Respostas Operativas

Na Área de Intervenção Saúde Mental (cf. Figura 1.3.3) são identificadas Respostas Operativas nas três dimensões. Ao nível das estruturas estão patentes respostas de tipo residencial pela partilha rentabilizada de equipamentos, respostas residenciais para problemáticas específicas e a criação de um Banco Metropolitano de Produtos de Apoio. Quanto às respostas centradas em processos já em funcionamento encontra-se a facilitação do acesso aos cuidados de saúde mental. Relativamente à capacitação destaca-se a constituição de equipas especializadas, bem como a capacitação dos cuidadores informais dos indivíduos com problemáticas ao nível da saúde mental, como indivíduos que apresentam quadros demenciais.

Toxicodependências – Respostas Operativas

Toxicodependências Respostas Operativas

FIGURA 1.3.4



Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

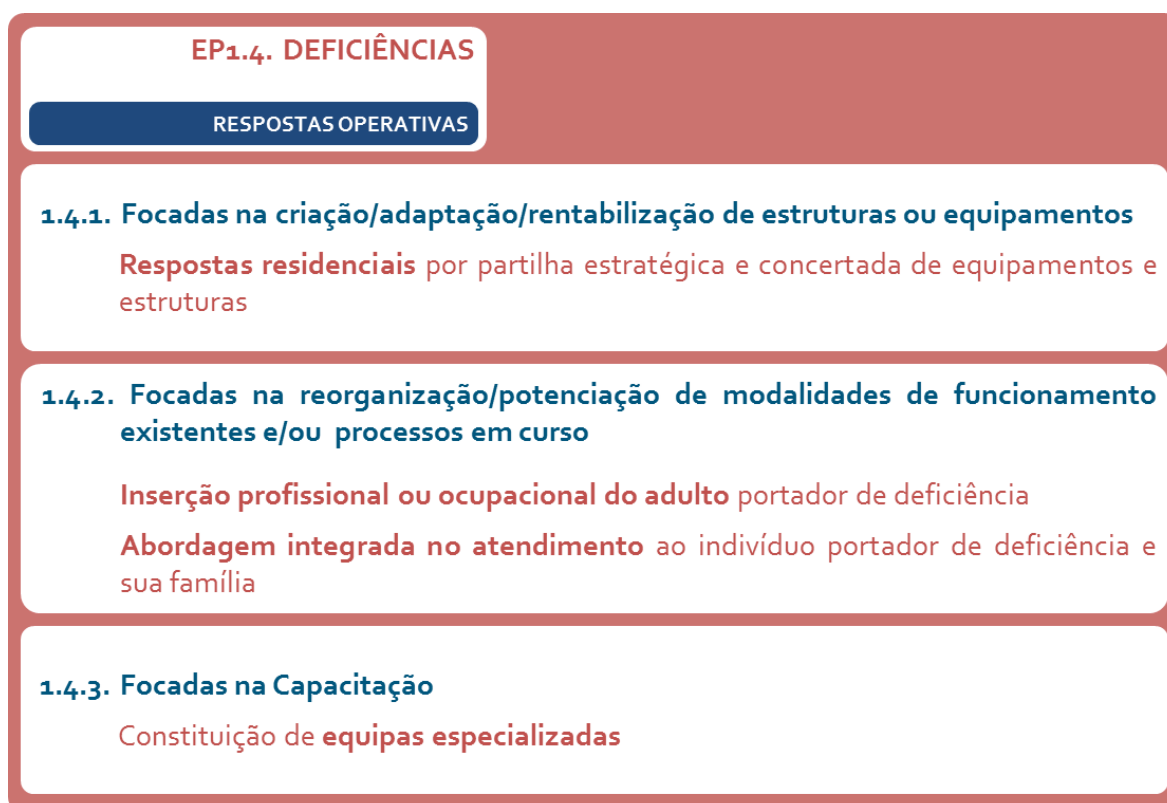
Toxicodependências - Respostas Operativas

Relativamente à População Toxicodependente (cf. Figura 1.3.4), são identificadas Respostas Operativas apenas ao nível da otimização da articulação da ação social com determinados serviços já existentes como os Centros de Respostas Integradas (CRI).

Deficiências – Respostas Operativas

Deficiências
Respostas Operativas

FIGURA 1.3.5



40

Eixo Prioritário 1. Saúde e Bem-Estar

Deficiências - Respostas Operativas

No que diz respeito aos indivíduos que apresentam deficiências (cf. Figura 1.3.5), são propostas Respostas Operativas para as três dimensões. Ao nível das estruturas, como já se verificou anteriormente, estão patentes as respostas de tipo residencial pela partilha estratégica e concertada de equipamentos. No que concerne ao nível das respostas centradas em modalidades ou processos de funcionamento em curso encontramos a Inserção Profissional ou ocupacional do adulto portador de deficiência, bem como a necessidade de uma abordagem integrada no atendimento ao indivíduo portador de deficiência e sua família. Por último, relativamente à capacitação destaca-se a constituição de equipas especializadas nesta área de intervenção.

Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego

O **CONCEITO**: O Eixo Prioritário Empregabilidade e Qualificação para o Emprego está estruturado em torno de uma única como Área de Intervenção prioritária: as situações de **Desemprego**, de modo particular o designado desemprego jovem e o desemprego de longa duração (cf. Figura 1.3.6).

FIGURA 1.3.6 **Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**



Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego

A representatividade desta Área de Intervenção apresenta percentagens que ultrapassam os 60% (cf. Figura 1.3.6). Aliás, nestas 28 entrevistas, a temática do emprego/desemprego surge 32 vezes. Além do mais surge, não só como necessidade prioritária ao nível municipal, mas também como área com uma natureza marcadamente supramunicipal.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

O Eixo Prioritário Empregabilidade e Qualificação para o Emprego encontra extenso suporte estratégico nos documentos Portugal 2020 e Norte 2020.

Especificamente no que se refere aos Objetivos Temáticos do Acordo de Parceria 2014-2020:

- OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.1)
Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de (...)

Eixo Prioritário 2.**Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**

(continuação)

(...) desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu; (1.2) Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;

OT3 – Reforçar a Competitividade das PME, (3.1) Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas; (3.4) Apoio à capacidade das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação;

OT8 – Promover a Sustentabilidade e Qualidade do Emprego, Apoiar Mobilidade dos Trabalhadores, (8.1) Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores; (8.2) Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia jovem; (8.3) Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; (...)

Eixo Prioritário 2.**Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**

(continuação)

(8.4) Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual; (8.7) Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes; (8.8) concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas; (8.9) a concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;

OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, (9.1) Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (9.5) Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;

OT10 – Investir na Educação, na Formação/ Formação Profissional, (10.3) Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas; (10.4 ...)

Eixo Prioritário 2.**Empregabilidade e Qualificação para o Emprego***(continuação)*

(...) Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;

OT11 – Reforçar a Capacidade Institucional e a Eficiência da Administração Pública, (11.1) Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem; (11.2) Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

44

No plano Norte 2020 é também extensa a sustentação do eixo Empregabilidade e Qualificação para o Emprego nos Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento:

EP2 – Competitividade das Pequenas e Médias Empresas, (2.1) A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas; (2.2) O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização; (2.3) A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços; (2.4) A concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação;

Eixo Prioritário 2.**Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**

(continuação)

EP6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores, (6.1) Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores; (6.2) Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; (6.3) Adaptação dos trabalhadores das empresas e dos empresários à mudança; (6.4) A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

EP7 – Inclusão Social e Pobreza, (7.1), Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida, (8.1) Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; (8.3) Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.

Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego

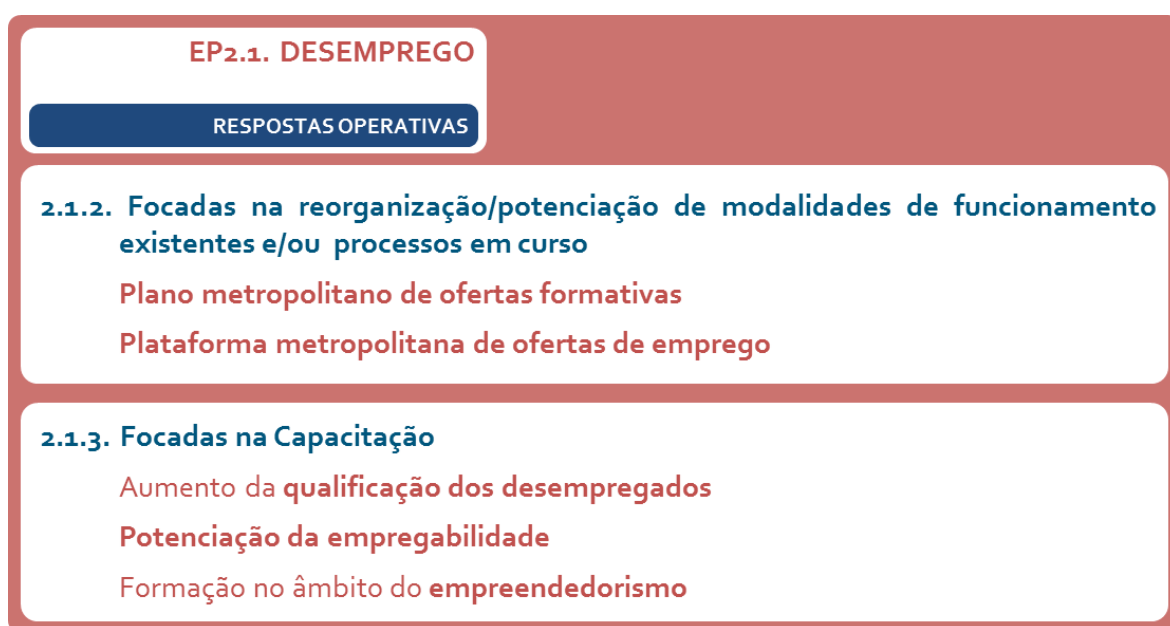
Respostas Operativas

Nesta secção apresentam-se as Respostas Operativas definidas para o Desemprego, a única Área de Intervenção que estrutura o Eixo Prioritários 2

Desemprego – Respostas Operativas

Desemprego Respostas Operativas

FIGURA 1.3.7



46

Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego

Desemprego - Respostas Operativas

Na sua generalidade as Respostas Operativas assinaladas visam a promoção da capacitação dos indivíduos, nomeadamente, através do desenvolvimento de competências técnicas, profissionais e pessoais ajustadas às exigências atuais do mercado de trabalho ou através de medidas que objetivam a criação do próprio emprego ou através de medidas focadas na promoção do esforço e da eficácia de procura de emprego.

Eixo Prioritário 2. Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**Desemprego - Respostas Operativas**

(continuação)

No âmbito das Respostas Operativas centradas em modalidades de funcionamento (cf. Figura 1.3.7) encontra-se a proposta de um Plano Metropolitano de Ofertas Formativas, bem como de uma Plataforma Metropolitana de Ofertas de Emprego.

Ao nível da capacitação destaca-se a necessidade de aumentar e ajustar a qualificação da população desempregada, designadamente através do empreendedorismo, e consequentemente potenciar a empregabilidade dos indivíduos.

Eixo Prioritário 3. Inclusão Social

O CONCEITO: O Eixo Prioritário 3, Inclusão Social baseia-se, como a própria designação sugere, na necessidade de preservar, promover ou mesmo potenciar a integração social de indivíduos em situação de exclusão social por motivos vários.

A exclusão social é um fenómeno que resulta da desarticulação entre o indivíduo e as diferentes partes da sociedade em que este se encontra inserido, gerando uma situação de inacessibilidade a um conjunto mínimo de benefícios que definem um membro de pleno direito dessa mesma sociedade (e.g. Capucha, 1998; Fretigné, 1999).

São consideradas neste eixo duas Áreas de Intervenção com tónicas relativamente diferentes: a vulnerabilidade económica e social e a violência doméstica. A primeira destas áreas é mais abrangente, incluindo o agravamento estrutural de situações de precaridade económica até ao ponto de emergência social e, ainda, os indivíduos em situação recente de precaridade, frequentemente como resultado do desemprego de mais do que um elemento do agregado familiar, por vezes chamados “novos pobres”. Já a segunda área, a violência, vem progressivamente merecendo o enquadramento de respostas sociais qualificadas e especificamente desenvolvidas para os diferentes atores sociais envolvidos na mesma.

FIGURA 1.3.8

Eixo Prioritário 3. Inclusão Social



Eixo Prioritário 3.

Inclusão Social

A Figura 1.3.8 permite constatar que esta Área de Intervenção surge como uma necessidade municipal significativa (referenciada por cerca de 58% dos entrevistados) e com uma natureza potencialmente supramunicipal (aproximadamente 35%). Também a violência doméstica apresentou valores de representatividade acima dos 20% em termos municipais e supramunicipais (respetivamente, 22.92% e 20.83%) mas consideravelmente mais baixos que a vulnerabilidade económica e social. Nas 32 entrevistas dos interlocutores que identificaram este eixo como prioritário, foi possível contabilizar 73 referências diretas ao tema.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

Este Eixo Prioritário do REF-AMP, à semelhança dos demais, encontra uma manifesta sustentação nos documentos estratégicos Portugal 2020 e Norte 2020.

Portugal 2020:

OT8 – Promover a Sustentabilidade e Qualidade do Emprego, Apoiar Mobilidade dos Trabalhadores, (8.2) Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia jovem; (8.4) Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade da remuneração para trabalho igual;

OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, (9.1) Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (9.3) Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; (9.7) Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição (...)

Eixo Prioritário 3. Inclusão Social

(continuação)

(...) dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária; (9.8) A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;

OT10 – Investir na Educação, na Formação/ Formação Profissional, (10.1) Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; (10.3) Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;

Portugal 2020:

EP7 – Inclusão Social e Pobreza, (7.1), Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; (7.2) Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária; (7.3) Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária; (7.4) A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais; (7.5) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;

EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida, (8.2) Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos.

Eixo Prioritário 3. Inclusão Social

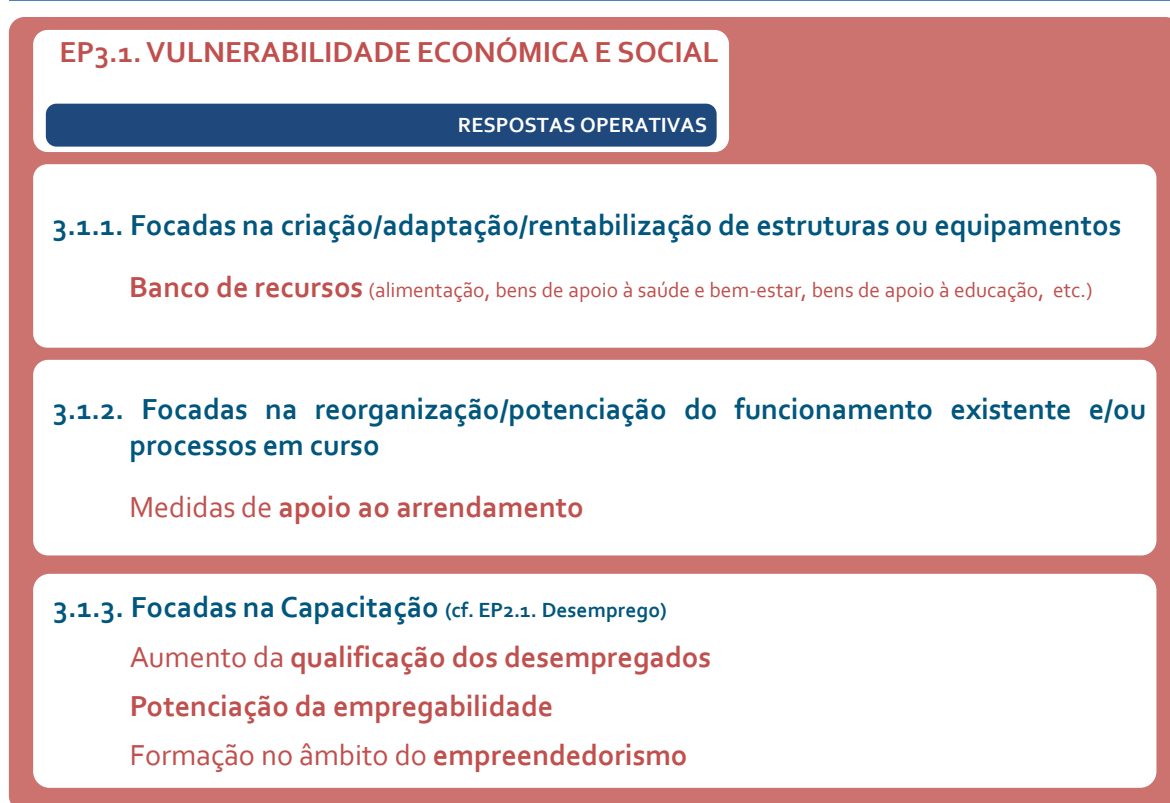
Respostas Operativas

Apresenta-se de seguida o enquadramento das Respostas Operativas que foram delineadas para as Áreas de Intervenção focadas na Vulnerabilidade Económica e Social e nas situações de Violência Doméstica, em torno das quais se estruturou o Eixo Prioritário 3 do REF-AMP.

Vulnerabilidade Económica e Social – Respostas Operativas

Vulnerabilidade Económica e Social Respostas Operativas

FIGURA 1.3.9



Eixo Prioritário 1. Inclusão Social

Vulnerabilidade Económica e Social – Respostas Operativas

Como se pode verificar na Figura 1.3.9, uma vez mais, são identificadas Respostas Operativas nas três dimensões. Na dimensão estrutural está proposta a criação de um Banco Metropolitano de Recursos. Ao nível das respostas centradas em processos já em funcionamento são as medidas de apoio ao arrendamento que surgem como resposta prioritária.

No que diz respeito à capacitação, exatamente devido à ligação entre precaridade económica e o desemprego, surgem as mesmas propostas que no Eixo anterior: qualificação dos desempregados, potenciação da empregabilidade e formação no âmbito do empreendedorismo.

Violência Doméstica – Respostas Operativas

FIGURA 1.3.10

Violência Doméstica Respostas Operativas

52



Eixo Prioritário 1. Inclusão Social

Violência Doméstica – Respostas Operativas

Relativamente à Violência Doméstica e tal como se pode constatar na Figura 1.3.10, são identificadas Respostas Operativas relativas a meios estruturais e equipamentos, destacando-se a criação de casas de acolhimento temporárias e a rentabilização de casas abrigo.

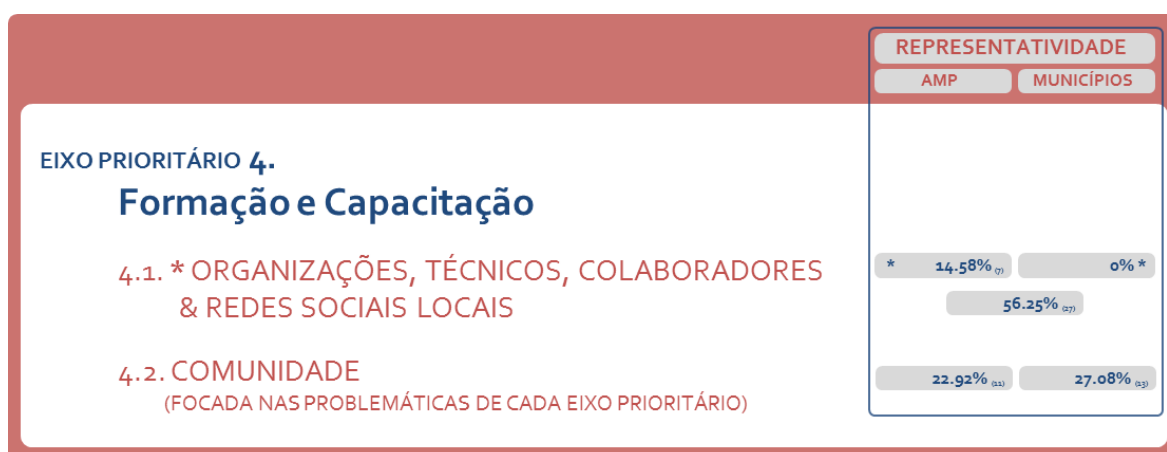
No que se refere ao nível das respostas centradas em modalidades ou processos de funcionamento em curso encontra-se a proposta de um Plano Metropolitano para a Violência Doméstica.

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

O **CONCEITO**: O Eixo Prioritário 4 relativo à Formação e Capacitação está sustentado na necessidade de promover estas duas dimensões a dois níveis distintos mas igualmente relevantes para a eficácia das respostas sociais: por um lado, junto das entidades e profissionais que exercem a sua atividade no setor social; por outro, junto da comunidade em sentido mais amplo, promovendo os níveis de **formação, de qualificação, de capacitação e de cidadania dos indivíduos**.

FIGURA 1.3.11

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação



54

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

O enfoque deste eixo, como se pode verificar na Figura 1.3.11, estrutura-se a dois níveis:

- (1) Por um lado, incide sobre as organizações, técnicos, colaboradores ou as próprias redes sociais locais de cada município;
- (2) Por outro, tem por alvo a comunidade em geral com ações focadas nas Áreas de Intervenção de cada Eixo Prioritário e pretendendo a promoção da inclusão social enquanto exercício de responsabilidade social e cidadania.

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

(continuação)

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

O Eixo Prioritário de Formação e Capacitação encontra amplo suporte no plano Portugal 2020:

- OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.1) Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;
- OT8 – Promover a Sustentabilidade e Qualidade do Emprego, Apoiar Mobilidade dos Trabalhadores, (8.5) Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;
- OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, (9.3) Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; (9.5) Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego; (9.6) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base e comunitária; (9.9) A concessão de apoio a empresas sociais;
- OT10 – Investir na Educação, na Formação/ Formação Profissional, (10.3) Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;
- OT11 – Reforçar a Capacidade Institucional e a Eficiência da Administração Pública, (11.1) Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem; (11.2) Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

(continuação)

Embora em menor extensão, este eixo do REF-AMP cobre vários Eixos Prioritários do Norte 2020

EP8 – Inclusão e Aprendizagem ao Longo da Vida, (8.1) Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; (8.3) Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação da transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem; (8.4) Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativa;

EP9 – Capacitação Institucional e TIC, (9.1) Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem; (9.2) Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

Respostas Operativas

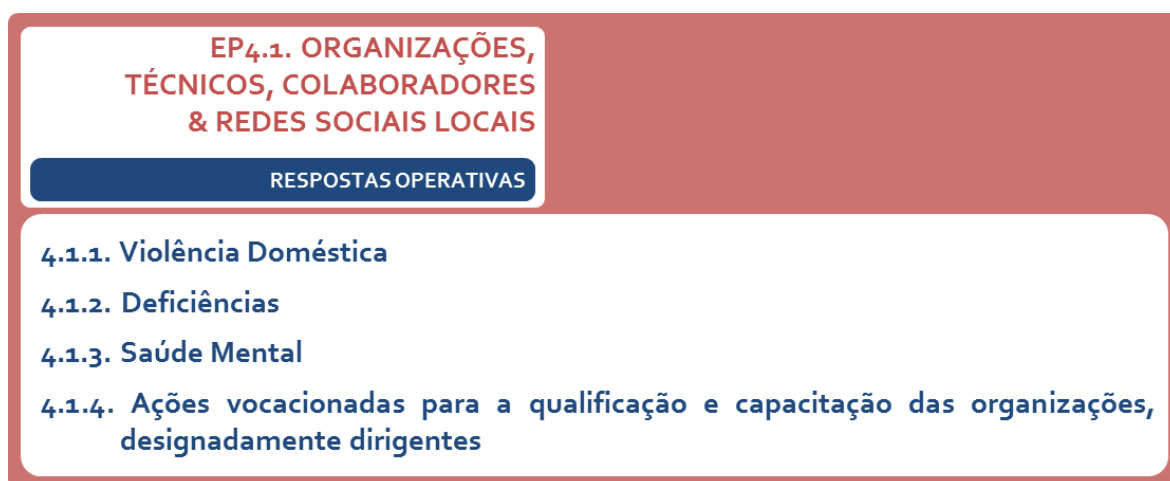
Apresenta-se abaixo o enquadramento da forma como estão estruturadas no Eixo Prioritário 4 do REF-AMP as várias **Respostas Operativas** que são propostas para as 2 Áreas de Intervenção do mesmo, designadamente a Formação e Capacitação dirigida a: Organizações, Técnicos, Colaboradores e Redes Sociais Locais, ou à Comunidade.

Organizações, Técnicos, Colaboradores e Redes Sociais Locais – Respostas Operativas

Organizações, Técnicos, Colaboradores e Redes Sociais Locais

FIGURA 1.3.12

Respostas Operativas



57

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

Organizações, Técnicos, Colaboradores e Redes Sociais Locais – Respostas Operativas

Relativamente às organizações, técnicos, colaboradores e redes sociais locais, foram apontadas necessidades de capacitação e/ou formação em três Áreas de Intervenção dos Eixos Prioritários I e III: Deficiências, Saúde Mental e Violência Doméstica (cf. Figura 1.3.12). A formação de dirigentes foi também mencionada como uma necessidade.

Pôde constatar-se que esta Área de Intervenção apresenta uma representatividade reduzida enquanto âmbito de atuação de natureza supramunicipal (mesmo abaixo (...))

Eixo Prioritário 4. Formação e Capacitação

Organizações, Técnicos, Colaboradores e Redes Sociais Locais – Respostas Operativas

(...)

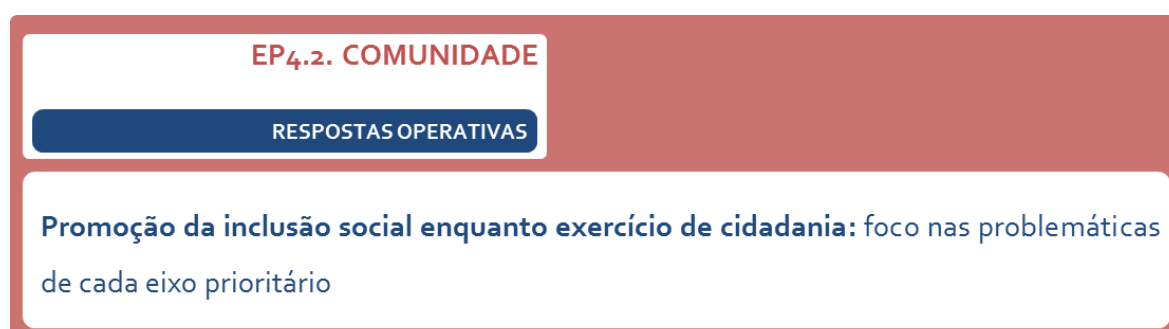
do valor que consideramos como ponto de corte, 20%), e uma representatividade nula enquanto necessidade municipal.

Efetivamente, esta Área de Intervenção emerge como significativa (56%) quando se questionam os interlocutores sobre conceção de futuras políticas e otimização de recursos ao nível da AMP.

Comunidade – Respostas Operativas

FIGURA 1.3.13

Comunidade Respostas Operativas



58

Eixo Prioritário 4, Formação e Capacitação Comunidade

Relativamente à Formação e Capacitação da comunidade, as Respostas Operativas passam, necessariamente, pela promoção da inclusão social e da cidadania, tendo em vista as Áreas de Intervenção dos Eixos Prioritários anteriores.

1.4. EIXOS PARA UMA AÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA NA AMP

Como acima explanámos, o REF-AMP estrutura-se, ao nível mais supraordenado e abstrato, em função de dois Objetivos Estruturantes. O primeiro corresponde aos que designou de Eixos Prioritários de Ação Social para os quais, ao longo do capítulo anterior, foram delineadas múltiplas Áreas de Intervenção e respetivas Respostas Operativas. Por seu turno, o segundo Objetivo Estruturante materializa-se nos Eixos para uma Ação Social Estratégica na AMP, os quais definem uma política metropolitana para a ação social orientada por uma visão estratégica de integração e articulação aos níveis intermunicipal ou supramunicipal.

Em linha com as propostas dos múltiplos Interlocutores-Chave, o Referencial Estratégico propõe a assunção da AMP enquanto entidade coordenadora e mediadora da ação social metropolitana. Este papel de cariz eminentemente agregador das sinergias dos municípios é sistematizado na forma de uma **Ação Estratégica** transversal a todos os níveis de operacionalização do Referencial. Assim sendo, o conjunto de Ações Estratégicas que se estruturam neste segundo nível do REF-AMP devem servir como linhas orientadoras das Respostas Operativas definidas nos diferentes Eixos Prioritários, perpassando toda a ação social da AMP.

59

Ação Estratégica 1. Monitor Social Metropolitano

O CONCEITO: A Ação Estratégica designada de Monitor Social Metropolitano consiste, como a própria designação sugere, no desenvolvimento de um sistema de monitorização de indicadores sociais e das atividades do setor social na Área Metropolitana do Porto. Ou seja, um sistema de monitorização tanto da realidade social metropolitana, como das respostas sociais desenhadas neste contexto para lidar com os desafios que essa mesma realidade vai colocando à definição de uma política social com impacto coletivo, por ser geradora de mudança e desenvolvimento social.

Esta monitorização permitirá a realização de **Diagnósticos Sociais**, o **Mapeamento das Respostas Sociais** existentes e, em última instância, a criação de uma **Base de Dados a nível Metropolitano**, dinâmica e em constante atualização.

Ação Estratégica 1. Monitor Social Metropolitano

FIGURA 1.4.1



Ação Estratégica 1. Monitor Social Metropolitano

A Figura 1.4.1 permite constatar que a Ação Estratégica designada de Monitor Social Metropolitano é referenciada por cerca de metade (45.83%) dos interlocutores, sendo mencionada num total de 34 vezes em 22 entrevistas.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

Esta Ação Estratégica e subsequentes Linhas de Ação estão alinhadas com um conjunto de Objetivos Temáticos do plano estratégico Portugal 2020.

OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.1) Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu; (1.2) Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;

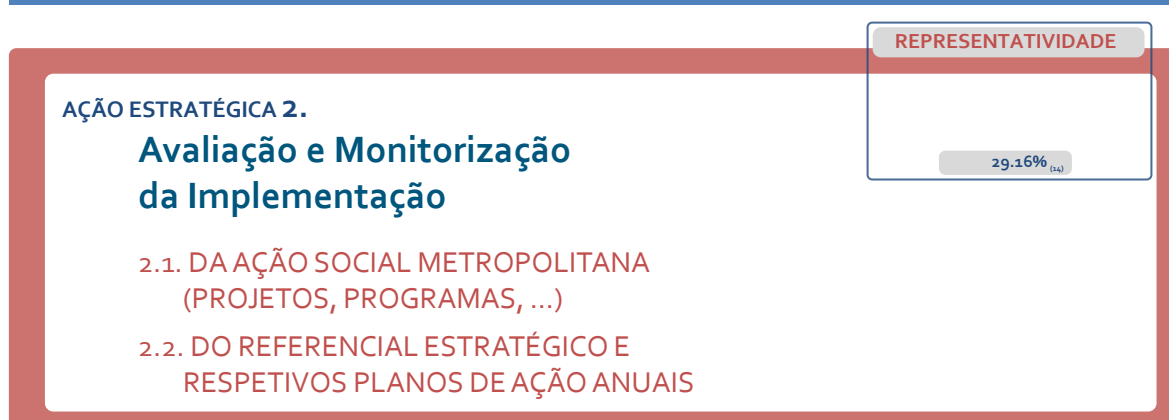
OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha).

Ação Estratégica 2. Avaliação e Monitorização da Implementação

O CONCEITO: A Ação Estratégica 2 refere-se à **Avaliação e Monitorização da Implementação** de projetos ou de programas de ação social realizados num plano municipal mas, preferencialmente intermunicipal ou supramunicipal. Por definição, esta ação estratégica é inerente à concretização do próprio Plano Estratégico de Ação Social Metropolitano (trienal) e respetivos Planos de Ação anuais.

FIGURA 1.4.2

Ação Estratégica 2, Avaliação e Monitorização da Implementação



61

Ação Estratégica 2. Avaliação e Monitorização da Implementação

Como podemos constatar na Figura 1.4.2, esta Ação Estratégica foi referida por 29.16% dos interlocutores, existindo 18 referências nas 14 entrevistas que identificam esta ação.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

Esta ação estratégica encontra forte suporte nos OT e EP dos planos Portugal 2020 e Norte 2020, respetivamente.

OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.1)
 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de (...)

Ação Estratégica 2.

Avaliação e Monitorização da Implementação

(continuação)

(...) competência, nomeadamente os de interesse europeu; (1.2) Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral;

OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha);

OT11 – Reforçar a Capacidade Institucional e a Eficiência da Administração Pública, (11.2) Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, (1.2) promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

Ação Estratégica 3. Avaliação do Impacto Social

O CONCEITO: A Ação Estratégica 3, Avaliação do Impacto Social, assenta em duas linhas de ação: por um lado, no desenvolvimento de **Metodologias de Mensuração do Impacto Social** dos projetos e iniciativas que se decidir serem alvo deste processo eminente estratégico para a gestão de uma ação social integrada; e, por outro, na assunção de uma **Avaliação Estratégica**, no sentido da melhoria das respostas sociais implementadas e do impacto social das mesmas na promoção de desenvolvimento e inclusão social no seio da comunidade mais ou menos ampla a que se dirigiram (assumindo para tal uma matriz de proporcionalidade, externalidade e verificabilidade do processo). Estas duas Linhas de Ação são de prossecução indissociável.

No quadro do REF-AMP propõe-se que este processo de avaliação ou monitorização do impacto das respostas sociais seja estruturado mediante um conjunto de diretrizes que lhe conferem um carácter marcadamente operativo e estratégico na definição de políticas integradas de gestão das iniciativas do terceiro setor. Concretamente, por exemplo, a existência de uma sustentação concetual e empírica que permita verificar resultados e conclusões, bem como replicar procedimentos; a seleção de metodologias ajustadas às características da atividade em avaliação; ou, a validação conferida ao processo pelo envolvimento de entidades externas ao “objeto-alvo” da avaliação.

O tipo de diretrizes que o REF-AMP preconiza é congruente, por exemplo, com as orientações defendidas pelo *Sub-group on Impact Measurement (GECES, Group of Experts on Social Entrepreneurship)*, no quadro da política de gestão do acesso aos fundos estruturais da União Europeia para a designada “economia social”.

FIGURA 1.4.3

Ação Estratégica 3. Avaliação do Impacto Social



Ação Estratégica 3. Avaliação do Impacto Social

A representatividade desta Ação Estratégica é muito semelhante à anterior em termos percentuais (31.25%), como se poderá verificar na Figura 1.4.3, tendo-se encontrado 20 referências a esta matéria ao longo das 15 entrevistas que a sinalizaram.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

A Avaliação do Impacto Social, enquanto componente de uma estratégia metropolitana para a ação social, encontra suporte evidente no Portugal 2020 e no Norte 2020 (respetivamente OT e EP).

OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.1) Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu; (1.2) Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social, eco inovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, *clusters* e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, (...)

Ação Estratégica 3.**Avaliação do Impacto Social****(continuação)**

(...) linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral; OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha);

OT11 – Reforçar a Capacidade Institucional e a Eficiência da Administração Pública, (11.2) Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

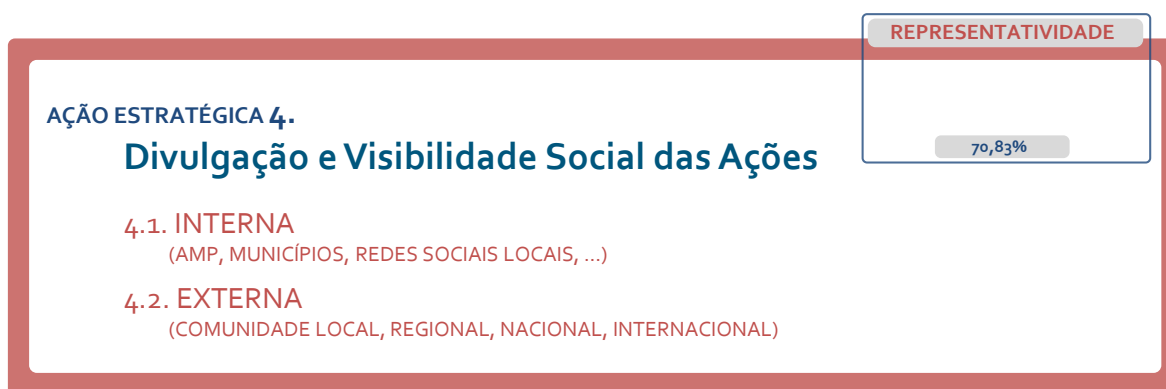
EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, (1.2) A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

Ação Estratégica 4. Divulgação e Visibilidade Social das Ações

O CONCEITO: A Ação Estratégica 4 diz respeito à **Divulgação e Visibilidade Social das Ações** realizadas pelos 17 municípios que integram a AMP ou pela própria AMP. Desta forma concretiza-se em torno de Linhas de Ação vocacionadas para a divulgação e visibilidade das referidas ações tanto a nível Interno, como a nível Externo.

FIGURA 1.4.4

Ação Estratégica 4. Divulgação e Visibilidade Social das Ações



66

Ação Estratégica 4. Divulgação e Visibilidade Social das Ações

Segundo os interlocutores-chave, esta Ação Estratégica reveste-se de uma pertinência muito considerável (representatividade de 70.83%, com 109 referências ao longo das 34 entrevistas que reportaram esta Ação Estratégica) e deverá ocorrer tanto no seio da própria AMP, como para o exterior, seja a nível local, nacional ou mesmo internacional (cf. Figura 1.4.4).

Ação Estratégica 4.**Divulgação e Visibilidade Social das Ações****(continuação)****Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020**

A análise da sustentação desta Ação Estratégica no contexto dos documentos estruturantes designados por Portugal 2020 e Norte 2020 sugere a relação com os seguintes pontos:

OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, info inclusão, cultura em linha e saúde em linha);

EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, (1.2) A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

EP9 – Capacitação Institucional e TIC, (9.1) Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem; (9.2) Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (9.3) O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.

Ação Estratégica 5. Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações

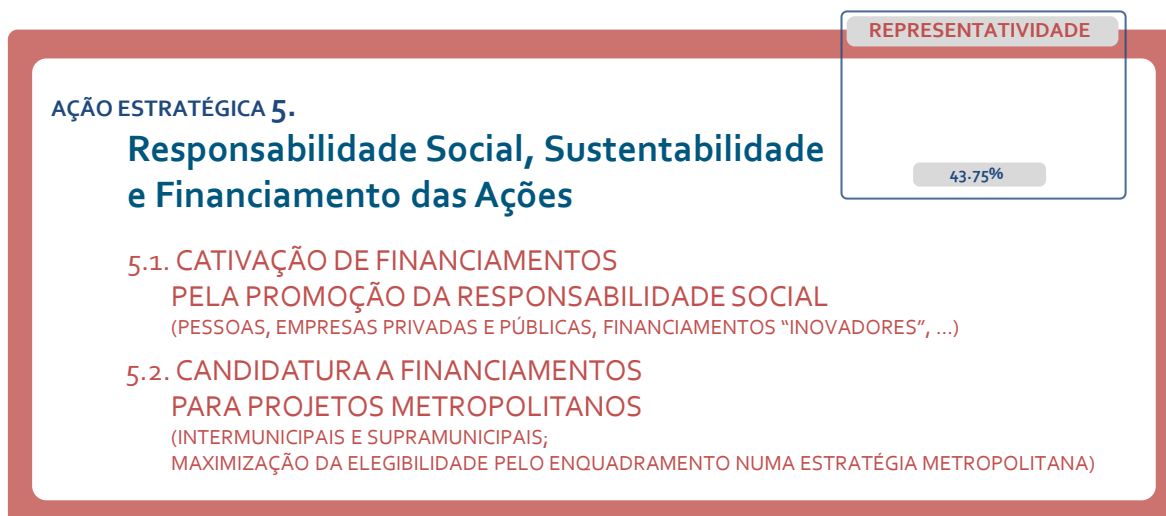
O CONCEITO: A Ação Estratégica 5, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações, ancora-se na ideia de desenvolver estratégias concertadas a 17 para a **Cativação de Financiamentos** de ordem diversa. Uma linha de ação importante prende-se com a definição de uma estratégia concertada de relação com a comunidade local e regional, nomeadamente para cativar o envolvimento de financiadores privados nos projetos de matriz transmunicipal que sejam desenvolvidos.

Porém, esta estratégia deve ser em si mesma um motor de promoção da coesão social. Uma tal estratégia metropolitana focada na sustentabilidade e financiamento de uma política de ação social integrada deve ter como pilar fundamental a promoção do sentido de Responsabilidade Social enquanto exercício de cidadania, junto dos cidadãos mas também junto das entidades coletivas da comunidade (nomeadamente o setor empresarial). Resulta claro do processo que culminou na elaboração do REF-AMP que tanto os municípios como a AMP, enquanto entidade supramunicipal, podem desempenhar um papel fundamental na promoção da consciência coletiva na comunidade local e regional relativamente à função estruturante da ação social na sociedade. Em particular dissociando esta função social da sua exclusividade na promoção de inclusão social de grupos ou territórios locais vulneráveis, reforçando o seu carácter mais amplo, enquanto veículo de melhoria da qualidade de vida de “todos” os cidadãos.

Esta Ação Estratégica incorpora também uma Linha de Ação focada na **Candidatura a Financiamentos para Projetos Metropolitanos**, em particular os que envolvem fundos estruturais, assegurando assim a sustentabilidade adicional aos projetos e iniciativas. A adoção de uma estratégia metropolitana a este nível pode ser um fator determinante para o posicionamento dos projetos transmunicipais em termos da sua elegibilidade a tais fontes de financiamento público.

Ação Estratégica 5.

FIGURA 1.4.5 Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações



Ação Estratégica 5.

Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações

Como se pode constatar na Figura 1.4.5, esta Ação Estratégica foi identificada por cerca de metade dos interlocutores (43.75%), sendo possível encontrar 65 referências nas 21 entrevistas que a mencionam.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

A Ação Estratégica 5, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Financiamento das Ações, encontra suporte no Objetivo Temático que se segue do plano Portugal 2020:

OT1 – Reforçar a Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação, (1.2) Promoção do investimento das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o setor do ensino superior, em especial a promoção do desenvolvimento de produtos e serviços, inovação social, ecoinovação e aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica aplicada, linhas piloto, ações de validação precoce de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais e à difusão de tecnologias de interesse geral; (9.6) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base e comunitária.

Ação Estratégica 6. Empreendedorismo e Inovação Social

O **CONCEITO**: A **Ação Estratégica 6, Empreendedorismo e Inovação Social**, assenta numa Linha de Ação que deve estruturar o apoio a respostas sociais que tenham a sua **Génese na Comunidade** e cuja implementação a AMP considere relevante para a promoção do desenvolvimento social local e regional.

De facto, no quadro do projeto mais amplo “Ação Social na AMP – Inovação e Empreendedorismo”, no qual o Projeto REF-AMP se enquadrou, estas duas dimensões fundamentais para o desenvolvimento de respostas que respondam aos novos desafios sociais, e que sempre foram uma *tour de force* do terceiro setor, foram fortemente dinamizadas no seio da comunidade metropolitana. Particularmente junto daquele que já exerce algum tipo de atividade neste setor.

Entendemos, como o afirmamos noutras ocasiões (Serôdio, Serra e Lima, em preparação), que a definição de uma estratégia integrada de promoção do Empreendedorismo e da Inovação Social, tanto no seio da comunidade dos “agentes diretos” (as Redes Sociais Locais, as instituições públicas e privadas com atividade na AS, os profissionais do setor, os decisores políticos, etc.), como junto da comunidade local ou regional, é um fator nuclear para a criação de respostas que apontem soluções para problemas de desigualdade ou de exclusão social. Respostas inovadoras e/ou de eficácia acrescida para estes problemas sejam eles estruturais (os “velhos problemas”) ou conjunturais (os “novos problemas”).

O alcance de mudanças sociais significativas também passa pelo fortalecimento e apoio ao “empreendimento” de respostas sociais inovadoras de “génese na comunidade”. Entre os alvos privilegiados de uma tal estratégia encontram-se os cidadãos, ou grupos de cidadãos, que não exercem atividade na economia social, mas que têm competências específicas que os posicionam como potenciais agentes relevantes no setor. Entre estes encontram-se os indivíduos, mais ou menos jovens, com formação académica ou experiência profissional relevante para o desenvolvimento de atividade na ação social (por exemplo, das ciências sociais e humanas, ou das ciências da saúde) ou para a promoção das condições de sustentabilidade da mesma (por exemplo, da gestão ou da economia).

FIGURA 1.4.6

Ação Estratégica 6. Empreendedorismo e Inovação Social



Ação Estratégica 6. Empreendedorismo e Inovação Social

Tal como se ilustra na Figura 1.4.6, são cerca de 63% os interlocutores que salientam a relevância desta Ação Estratégica no domínio da ação social metropolitana, tendo-se registado 90 referências a esta temática nas 40 entrevistas que a identificam.

Articulação com as estratégias Portugal 2020 e Norte 2020

Na análise à sustentação desta Ação Estratégica nos planos documentos estruturantes Portugal 2020 (OT) e Norte 2020 (EP), podemos assinalar relação com:

- OT2 – Melhorar Acesso às TIC, (2.3) Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha);
- OT8 – Promover a Sustentabilidade e Qualidade do Emprego, Apoiar Mobilidade dos Trabalhadores; (8.3) Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- OT9 – Promover a Inclusão Social e Combater a Pobreza e a Discriminação, (9.5) Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego; (9.6) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base e comunitária; (9.9) A concessão de apoio a empresas sociais;

Ação Estratégica 6.**Empreendedorismo e Inovação Social****(continuação)**

EP1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, (1.2) A promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.

EP2 – Competitividade das Pequenas e Médias empresas, (2.4) A concessão de apoio às capacidades das PME de crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação;

EP7 – Inclusão Social e Pobreza, (7.5) Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;

EP9 – Capacitação Institucional e TIC, (9.2) Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local (9.3) O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.

Ação Social Estratégica na AMP

Respostas Operativas

A concretização no terreno das Respostas Operativas elegidas para integrarem um futuro Plano de Ação passa, desejavelmente, por uma articulação estreita e concertada, ou mesmo a 17. Desde que imbuída de uma visão estratégica metropolitana para a ação social, tal como o REF-AMP a preconiza, qualquer ação que seja desenvolvida tem, por definição, impacto social amplificado ao nível supramunicipal. Isto é tanto aplicável a uma ação que seja estruturada para implementação ao nível supramunicipal dos 17 municípios, como a uma outra que seja implementada entre alguns municípios, ou mesmo uma que seja implementada apenas num município enquanto “piloto” de uma estratégia de ação com potencial metropolitano.

Constituição de 4 “Unidades Estratégicas”

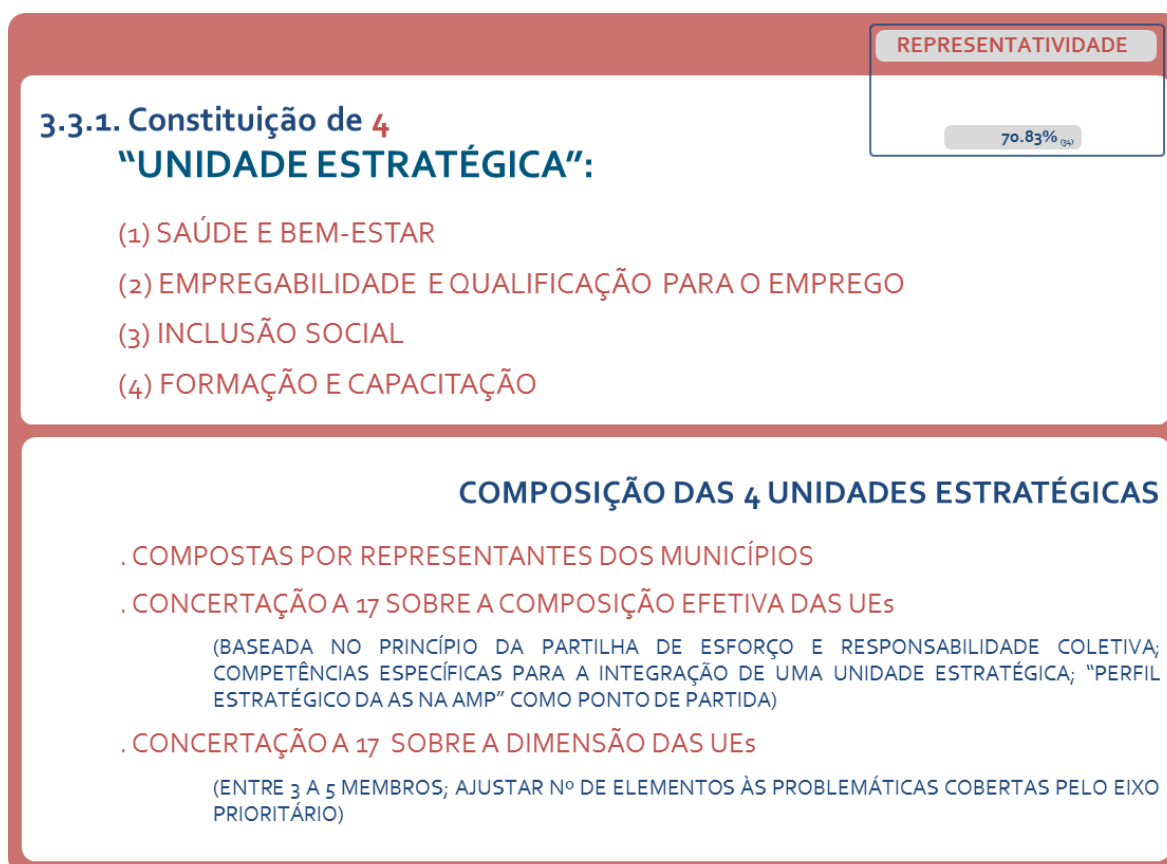
Em linha com a orientação que se vem expondo, o REF-AMP propõe a constituição de **Unidades Estratégicas** que se concretizam em grupos de trabalho organizados, nomeadamente, em função dos diversos Eixos de Intervenção considerados Prioritários (Eixos Prioritários para a Ação Social na AMP).

Assim, o REF-AMP identifica a constituição de 4 **Unidades Estratégicas (UE)**, uma por cada Eixo Prioritário, compostas por técnicos dos municípios: (1) **Unidade Estratégica para a Saúde e Bem-estar**; (2) **Unidade Estratégica para a Empregabilidade e Qualificação para o Emprego**; (3) **Unidade Estratégica para a Inclusão Social**; (4) **Unidade Estratégica para a Formação e Capacitação**.

A constituição destas unidades não invalida a composição de grupos de trabalho dedicados a temáticas mais específicas, sempre que se faça sentir essa necessidade. Num primeiro momento será necessária a concertação a 17 sobre a composição efetiva das EU. Contudo, esta deve ser ter em consideração as Ideias Estruturantes que nortearam o REF-AMP, nomeadamente o princípio da partilha de esforço e responsabilidade coletiva. Deve também ser ponderada em função da análise às competências específicas associadas ao trabalho já desenvolvido por cada município nos diferentes Eixos Prioritários.

FIGURA 1.4.7

Unidades Estratégicas



Unidades Estratégicas

Das 48 entrevistas analisadas, cerca de 71% faziam uma referência clara à necessidade de constituição de grupos de trabalho, designadamente, organizados por áreas ou por temáticas; à realização de reuniões, nomeadamente entre técnicos dos diferentes municípios; e à promoção de oportunidades de partilha de experiências e de práticas.

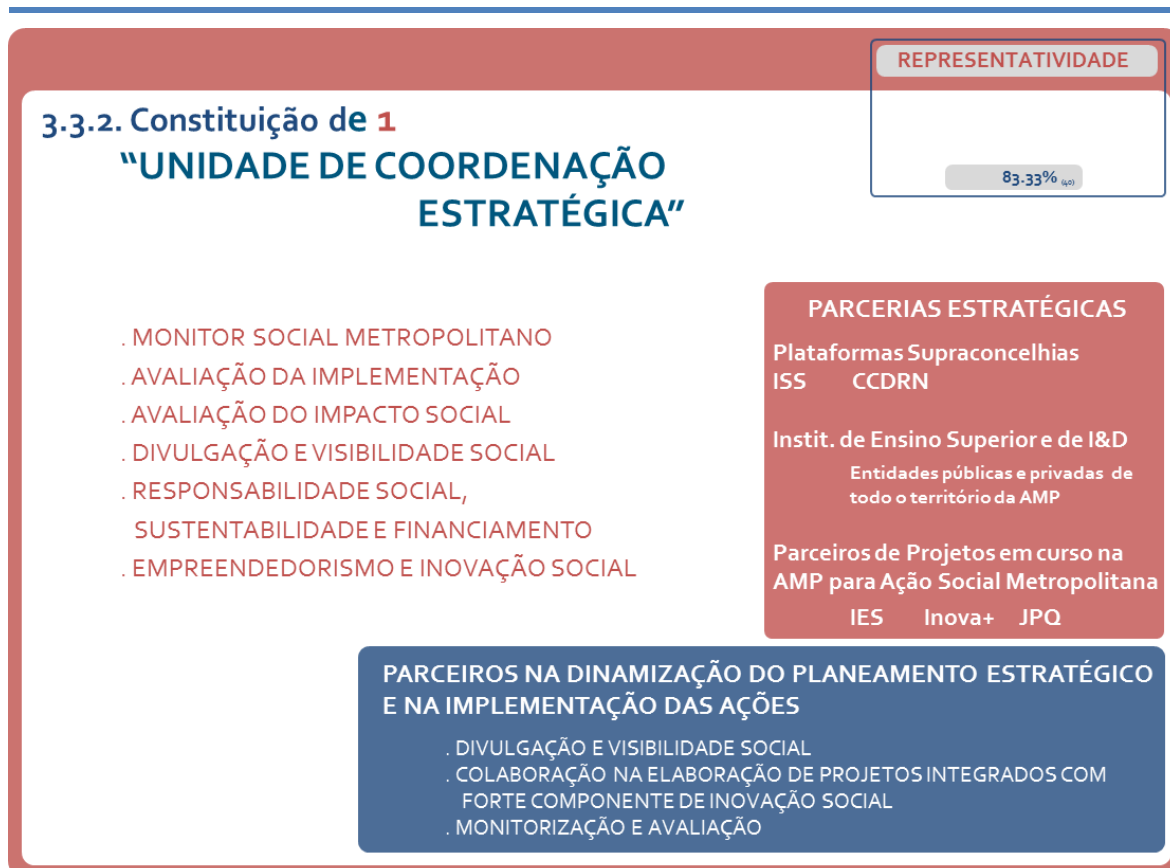
Efetivamente, nas 34 entrevistas que identificam esta modalidade preferencial de articulação como forma de operacionalização das políticas a nível supramunicipal, foi possível encontrar 72 referências diretas, vincando a sua relevância.

Constituição de “Unidade de Coordenação e de Planejamento Estratégico”

A constituição de uma **Unidade de Coordenação e Planejamento Estratégico** (UCPE) faz apelo à necessidade de um planejamento e gestão metropolitana da ação social pautados por uma visão estratégica nos vários níveis de atuação que ao longo deste documento se vêm discutindo: designadamente, na concertação de esforços, na coordenação e mediação a diferentes níveis, na articulação entre as entidades envolvidas. Em suma, uma coordenação de esforços e de planejamento estratégico de políticas sociais concertadas ao nível metropolitano que têm como objetivo último potenciar o impacto social e a eficácia da ação social desenvolvida.

FIGURA 1.4.8

Unidade de Coordenação e Planejamento Estratégico



Unidade de Coordenação e Planejamento Estratégico

Da análise das entrevistas resulta que, efetivamente, quase 85% dos interlocutores (valor de saturação é de 90 referências nas 40 entrevistas) refere-se à necessidade de constituir uma unidade com as características acima elencadas.

Esta UCPE seria composta inicialmente por elementos da equipa técnica atual da AMP, por representantes dos municípios e por parceiros já envolvidos em projetos no âmbito da ação social metropolitana. Esta unidade assumiria, com recurso a parcerias, a coordenação das diversas Ações Estratégicas.

1.5. NOTAS FINAIS

Os resultados apresentados nas seções anteriores, emanados da análise exclusivamente centrada na cerca de uma centena de dispositivos que enquadraram as orientações políticas, estratégicas e também operativas da ação social no contexto dos 17 municípios, permitem identificar algumas características marcantes desse Perfil Estratégico.

Em primeiro lugar, identificaram-se com clareza 6 grandes Eixos Estratégicos nos quais se estruturou a ação social nos municípios da AMP: Saúde e Bem-Estar; Educação, Formação, Qualificação; Emprego; Inclusão Social; Cidadania e Responsabilidade Social; e Redes Sociais Locais. **Entre estes grandes eixos, destaca-se o da Inclusão Social para o qual foi desenhada cerca de metade das ações que estruturaram a ação social do conjunto dos 17 municípios.** Neste perfil global **destacam-se outros dois eixos estratégicos de elevada representatividade: um que se refere às ações focada na promoção da Saúde e Bem-Estar e outro relativo àquelas especificamente desenhadas para a capacitação das próprias Redes Sociais Locais.** Destaca-se também o eixo estratégico Emprego para o qual foi desenvolvida fatia muito menor da ação social dos municípios.

Num segundo nível de análise, estruturou-se o perfil da ação social dos municípios em função de 3 Dimensões Estratégicas que a estruturaram: as ações foram caracterizadas consoante estas se centraram em Modalidades de Funcionamento e/ou Processos; Capacitação e Formação; e Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos. Verifica-se que **cerca de metade das ações desenvolvidas pelos municípios** foram enquadradas numa estratégia orientada para a otimização das Modalidades de Funcionamento ou dos Processos subjacentes à implementação das mesmas pelos diferentes agentes do contexto da ação social local.

Analisando a forma como a ação nos 6 grandes Eixos Estratégicos foi estruturada em função destas 3 Dimensões Estratégicas, destacam-se alguns aspetos relevantes no perfil a 17: (1) A ação social desenvolvida nos eixos **Saúde e Bem-Estar e Inclusão Social** foi **essencialmente desenhada mediante uma estratégia focada nas Modalidades de Funcionamento.** Evidentemente, dada a natureza, o mesmo se verifica no eixo Redes

Sociais Locais; (2) A **Capacitação e Formação** foi a dimensão estratégica que mais fortemente orientou a ação social no eixo Educação, Formação e Qualificação, mas sobretudo no de Cidadania e Responsabilidade Social; (3) A Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos esteve muito menos presente na estratégica da ação social dos municípios do que as demais dimensões. Contudo, teve um papel relevante na definição da estratégia nos eixos Inclusão Social, Redes Sociais Locais, e Saúde e Bem-Estar.

No que concerne o perfil dos Destinatários da ação social dos municípios (que podemos definir como sendo aqueles “com quem” as ações são executadas), destacam-se os seguintes, numa tipologia que identificou 12 alvos diferentes: (1) por um lado destaca-se o número mais elevado de ações **desenvolvidas especificamente para as Instituições de Ação Social/Rede Social Local ou para a Comunidade em Geral**; (2) **de entre as populações** ou grupos-alvo, as **Crianças e Adolescentes e a População-Sénior** são, são aqueles a que se destina um **maior número de ações**.

Da análise ao perfil dos destinatários através dos 6 Eixos Estratégicos destacamos os seguintes aspetos: (1) **No eixo de Inclusão Social destacam-se os destinatários Comunidade Geral (21%), seguida Crianças e Adolescentes (17.1%) e População-Sénior (17.5%).**

PERFIL ESTRATÉGICO DA AÇÃO SOCIAL NA AMP

A elaboração do Referencial Estratégico devia também sustentar-se numa análise ao “perfil da ação social” desenvolvida pelos municípios da AMP no período temporal que corresponde, grosso modo, à estratégia que as Redes Sociais Locais definiram nos últimos triénios, ou quadriénios, coincidentes com o seu último Plano de Desenvolvimento Social. Contudo, nesta análise deveriam ser contemplados todos os outros dispositivos que definiram ou orientaram estratégias estruturantes dos municípios para a ação social, tanto ao nível municipal, como aos níveis supra e intermunicipal. De facto, existem outros dispositivos estratégicos municipais que são externos ao contexto da atividade dos vários Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

No Projeto REF-AMP definiu-se uma etapa de execução dedicada exclusivamente à pesquisa e análise documental de dispositivos estratégicos da ação social dos municípios. Por definição, esta etapa implicava a análise dos Planos de Desenvolvimento Social de todas as Redes Sociais Locais, bem como dos respetivos Planos de Ação. Ao nível supramunicipal esta análise passava pelos dispositivos que definem orientações estratégicas para a ação social tanto ao nível das Plataformas Supraconcelhias, como da própria AMP. Dada a natureza e objetivos do Projeto REF-AMP, a equipa definiu que era essencial obter junto dos municípios informação relevante relativamente ao processo de construção destes documentos.

Entre os documentos que têm uma dimensão estratégica que não passa pelos CLAS, foram contemplados vários projetos municipais bem como outros projetos, ou produtos de grupos de trabalho, neste domínio. Ao nível supramunicipal, foram integradas as orientações estruturadas no documento resultante do Grupo de Trabalho que elaborou as “Prioridades de Intervenção” no contexto do Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da AMP (2012). Foram ainda incluídos todos os suportes que ao nível da AMP definiram diretrizes a respeito da criação de um plano estratégico para a ação social.

O Perfil Estratégico da Ação Social na AMP foi elaborado exclusivamente com base na análise aos documentos que os múltiplos parceiros envolvidos no projeto

decidiram serem relevantes. No essencial, este perfil permite identificar as linhas gerais que definiram e orientaram a estratégia para a ação social no contexto dos 17 municípios, desde os “grandes eixos estratégicos” aos grupos, territórios, ou áreas de intervenção que eram objeto dessa ação.

Perfil Estratégico da Ação Social na AMP **Estrutura dos Conteúdos**

- 2.1. CONTEÚDOS-BASE PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL
- 2.2. EIXOS ESTRATÉGICOS
- 2.3. DIMENSÕES ESTRATÉGICAS
- 2.4. TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS
- 2.5. EIXOS ESTRATÉGICOS E DESTINATÁRIOS
- 2.6. TIPOLOGIAS DE ÁREAS DE INTERVENÇÃO OU POPULAÇÃO-ALVO
- 2.7. EIXOS ESTRATÉGICOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO OU POPULAÇÃO-ALVO
- 2.8. NOTAS FINAIS

2.1. CONTEÚDOS-BASE PARA A DEFINIÇÃO DO PERFIL

Os conteúdos que sustentaram o desenho do perfil do Perfil Estratégico foram definidos exclusivamente a partir do vasto conjunto de documentos que os interlocutores-locais dos municípios fizeram chegar à equipa de investigação.

Através da plataforma comum de partilha de ficheiros entre os parceiros, os 17 Municípios propuseram para análise um conjunto diverso de 95 documentos, que consideram relevantes para retratar a sua estratégia para a ação social local. Entre estes documentos há uma grande diversidade nomeadamente na sua dimensão ou abrangência estratégica: variam entre documentos que delineiam uma estratégia de ação social local através de um único projeto centrado num objeto de intervenção muito circunscrito, e outros que definem estratégias de largo espectro como, por exemplo, os Planos de Desenvolvimento Social dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

Após análise a todos os documentos facultados pelos municípios a equipa definiu uma lista final de 51 cujas características os definem inequivocamente enquanto “dispositivo estratégico” para a ação social local, sendo excluídas as sobreposições relativas a cada município (cf. detalhes na Parte II). Neste conjunto de documentos, como expectável, a maioria deriva dos planos definidos pelos CLAS, nomeadamente os seus Planos de Desenvolvimento Social dos CLAS (59.1%) e Planos de Ação anuais (36.9%). Foram também incluídos 2 documentos referentes a projetos ou programas locais de âmbito mais restrito (representam 4%). Destes 51 documentos resulta um **perfil desenhado com base em dispositivos estratégicos para a ação social que cobrem períodos temporais diferentes em cada um dos municípios mas que, no conjunto dos 17, varia entre os anos de 2008 e 2013.**

Do processo de análise de conteúdo resulta um perfil estratégico do contexto dos 17 municípios, sustentado num universo de 1324 ações extraídas daqueles documentos. Estas são as ações (ou objetivos específicos de ação) cujo significado era inequívoco para o grupo de 6 “juízes”, de entre o universo mais vasto sobre o qual incidiu a sua análise. Todos os “níveis de categorização” que foram empregues na análise de conteúdo foram submetidos a acordo entre juízes. Este acordo incidiu numa análise que definiu um Perfil

Estratégico estruturado em função de 6 dimensões que caracterizam a Ação Social no contexto dos 17 municípios: (1) Eixos Estratégicos, (2) Dimensões Estratégicas, (3) Tipologias de Destinatários, (4) Eixos Estratégicos e Destinatários, (5) Tipologias de População-Alvo ou Áreas de Intervenção, e (6) Eixos Estratégicos e População-Alvo ou Áreas de Intervenção.

2.2. EIXOS ESTRATÉGICOS

O nível mais supraordenado do Perfil Estratégico faculta uma perspetiva da ação social na AMP estruturada em torno dos seguintes grandes Eixos Estratégicos: Saúde e Bem-Estar; Educação, Formação, Qualificação; Emprego; Inclusão Social; Cidadania e Responsabilidade Social; e Redes Sociais Locais.

FIGURA 2.2. **EIXOS ESTRATÉGICOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP**



Na Figura 2.2 apresentamos o perfil de ação em função dos 6 eixos estratégicos identificados.¹ Verifica-se que a **Inclusão Social é eixo estratégico que satura um maior**

¹ As percentagens apresentadas na figura não contabilizam 100% pois cada uma das ações pode, por definição, incidir em mais do que um destes eixos.

número de ações através dos 17 municípios (47.1%, N = 624). A maior representatividade deste eixo seria expectável *a priori*: trata-se de um objetivo de fundo que, em termos conceptuais, é inerente a toda a Ação Social. Eis a razão pela qual é o eixo que mais está presente nas ações que foram categorizadas primariamente nos demais eixos.

Pode verificar-se também na figura que mais de metade das ações (55.9%) especificamente desenhadas pelos municípios para promover a Saúde e Bem-Estar dos cidadãos foram, ao nível secundário, também categorizadas como sendo de inclusão social. De facto, todos os demais eixos são compostos por mais de 1/3 de ações categorizadas secundariamente como sendo também de inclusão social, excetuando-se o eixo relativo à capacitação das Redes Sociais Locais (24.2%).

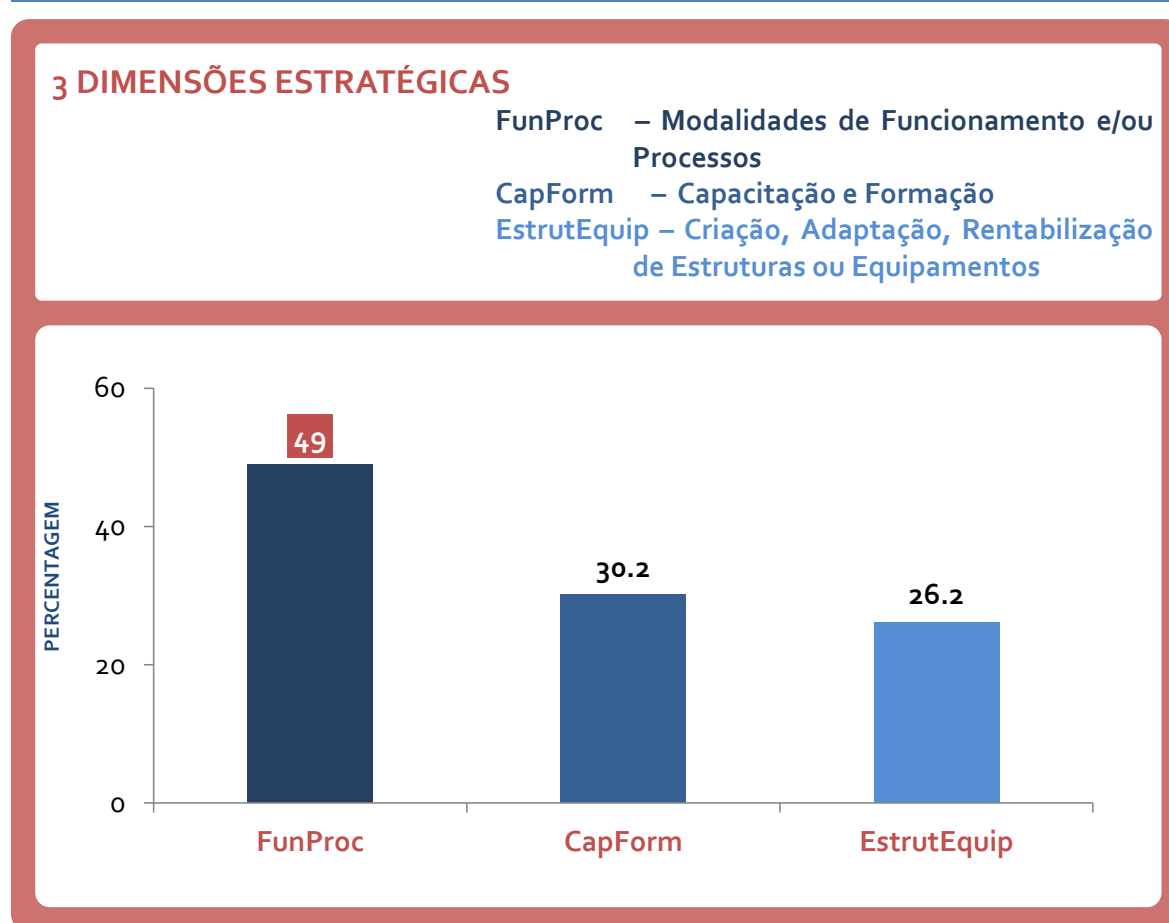
Destacam-se ainda pela sua elevada representatividade no perfil, as ações centradas na promoção da Saúde e Bem-Estar (34.2%) e na capacitação das próprias Redes Sociais Locais (32.7%). De modo inverso, destaca-se o menor número de ações centradas no eixo Emprego (9.6%, N= 127).

2.3. DIMENSÕES ESTRATÉGICAS

O segundo nível estrutural do Perfil Estratégico traça o cenário da ação social dos municípios no que foi designado de Dimensões Estratégicas: Modalidades de Funcionamento e/ou Processos; Capacitação e Formação; e Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos.

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS
DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.3.1.



Como podemos verificar na Figura 2.3.1, **cerca de metade das ações (49%) versavam dimensões estratégicas centradas em Modalidades de Funcionamento e/ou Processos, dos agentes envolvidos na execução das ações.**²

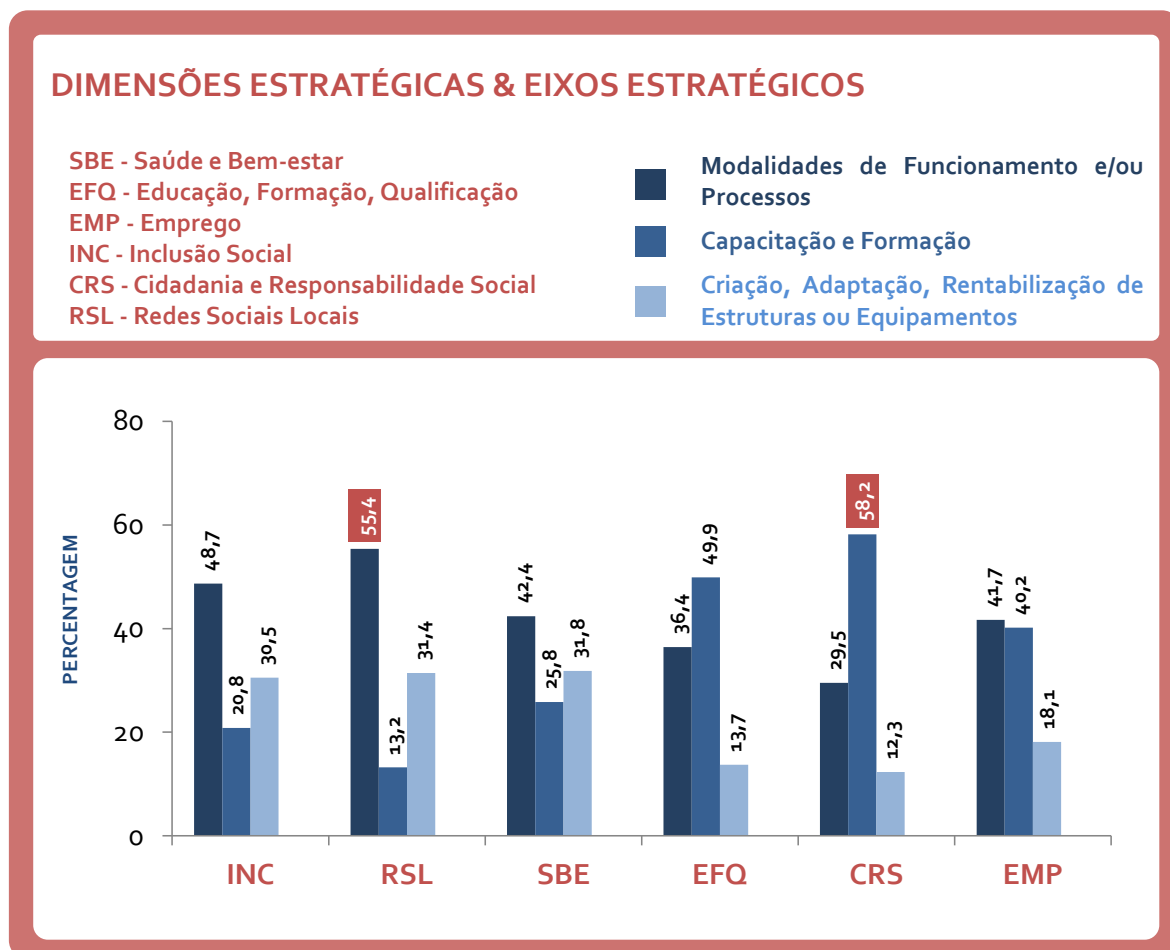
² As percentagens apresentadas na figura não contabilizam 100% pois cada uma das ações pode saturar em mais do que uma dimensão. Tal verifica-se em apenas 74 ações.

Dimensões Estratégicas em cada Eixo Estratégico

Na Figura 2.3.2 apresenta-se o perfil através de cada um dos eixos estratégicos de ação considerando em cada um deles o peso relativo das 3 dimensões estratégicas. Verifica-se que a preocupação com **uma determinada estratégia dirigida as Modalidades de Funcionamento e/ou Processos** inerentes à execução das ações é a que mais está claramente presente nos eixos estratégicos de Saúde e Bem-Estar (42.4%), Inclusão Social (48.7%), e, como seria expetável, de Redes Sociais Locais (55.4%).

DIMENSÕES ESTRATÉGICAS EM CADA EIXO ESTRATÉGICO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.3.2.



Verifica-se que, por seu turno, a **dimensão estratégica de Capacitação e Formação** é a que está mais fortemente representada, como expetável, nas ações do

eixo Educação, Formação e Qualificação (49.9%), mas, mais ainda no de Cidadania e Responsabilidade Social (58.2%).

A dimensão estratégica focada na **Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos** é aquela sobre a qual a ação social dos municípios **menos se focou**. Não obstante, cerca de 1/3 das ações dos eixos Inclusão Social (30.5%), Redes Sociais Locais (31.4%) e Saúde e Bem-Estar (31.8%) contemplaram esta dimensão estratégica.

2.4. TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS

Efetuuou-se uma análise aos Destinatários para os quais foram planeadas as ações dos municípios. No presente perfil define-se como “destinatários” os indivíduos ou entidades coletivas que são o “alvo-direto” da ação e não aqueles que são os beneficiários últimos das mesmas (a não ser, obviamente, que estes coincidam). Em abstrato, e a título de exemplo de clarificação do conceito de “destinatário”, numa ação do eixo Capacitação ou Formação em que é implementado um curso de especialização para o trabalho com um grupo ou território vulnerável (por exemplo, vítimas de violência doméstica), os Destinatários são os técnicos que o frequentam e não os potenciais beneficiários para quem foi desenhada essa ação de capacitação ou formação.

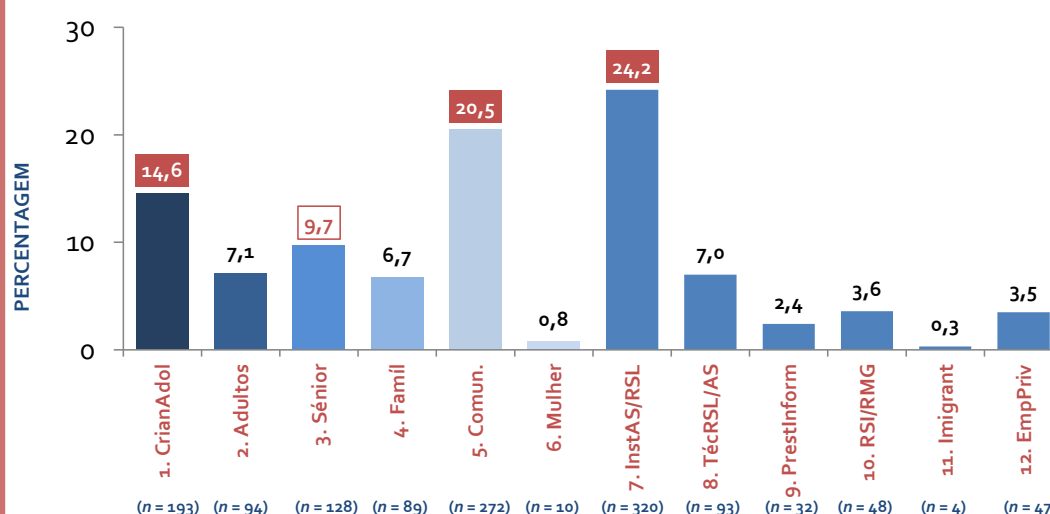
Da análise de conteúdo emergiu o seguinte conjunto Tipologias de Destinatários: (1) Crianças e Adolescentes, (2) Adultos, (3) População Sénior, (4) Família, (5) Comunidade Geral, (6) Mulher, (7) Instituições de Ação Social/Rede Social Local, (8) Técnicos da Rede Social Local (ou de instituições de AS não integrantes da rede), (9) Prestadores Informais de Apoio Social, (10) Beneficiários RSI/RMG, (11) Imigrantes, e (12) Empresas Privadas.

FIGURA 2.4.

TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

12 TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS

- | | |
|----------------------------|--|
| 1. Crianças e Adolescentes | 7. Instituições de Ação social/RSLocal |
| 2. Adultos | 8. Técnicos da RSLocal (ou de AS) |
| 3. População Sénior | 9. Prestadores Informais de Apoio Social |
| 4. Famílias | 10. Beneficiários RSI/RMG |
| 5. Comunidade Geral | 11. Imigrantes |
| 6. Mulher | 12. Empresas Privadas |



Como pode verificar-se na Figura 2.4, cerca de 1/4 das ações do conjunto dos 17 municípios foram desenvolvidas tendo como destinatários as Instituições de Ação Social/Rede Social Local (24.2%). Destaca-se também como destinatário da estratégia de ação social dos municípios da AMP a Comunidade em Geral, ou que a envolvem de alguma forma (20.5%). No que concerne aos que mais comumente são designados de populações ou grupos-alvo, verifica-se que as Crianças e Adolescentes (14.65%) e a População Sénior (9.7%) são os destinatários de um maior número de ações.

No polo oposto da representatividade nas ações, encontram-se dois tipos de destinatários: Imigrantes e Mulheres, ambos com percentagens inferiores a 1%.

2.5. EIXOS ESTRATÉGICOS E DESTINATÁRIOS

Neste Perfil Estratégico caracteriza-se também os Eixos Estratégicos em função das Tipologias de Destinatários para os quais foram desenvolvidas as ações. Nas Figuras 2.5.1 a 2.5.6 apresenta-se essa caracterização.

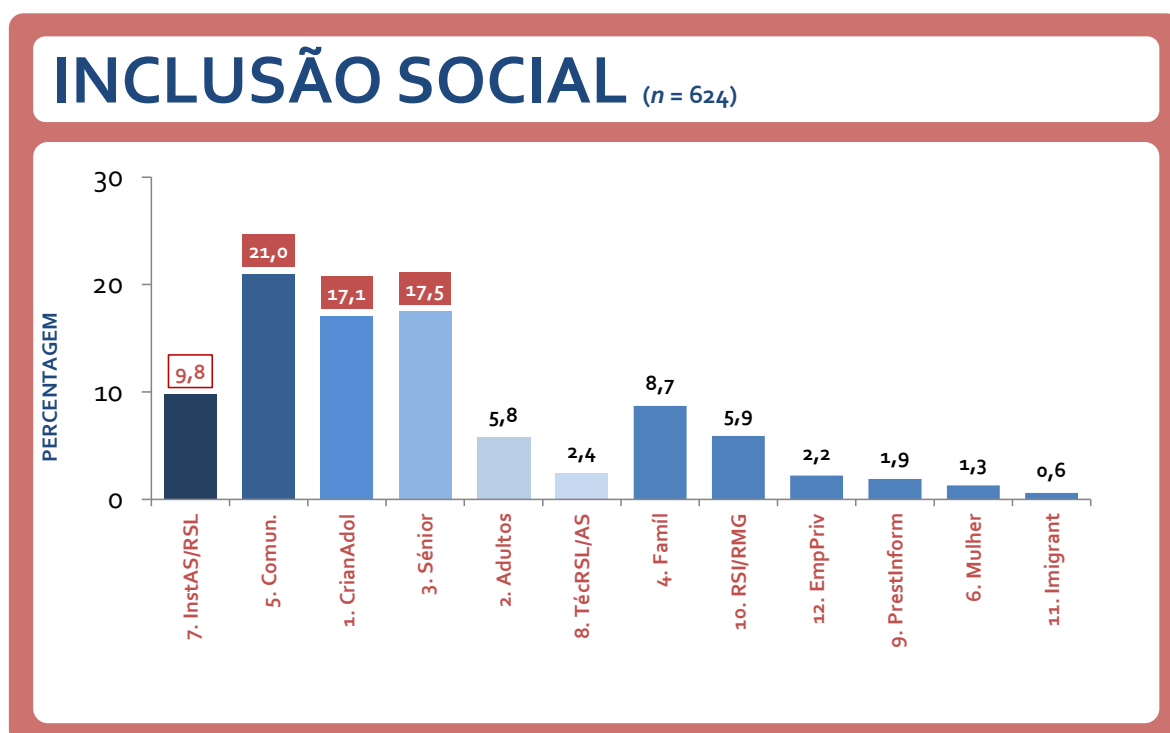
Inclusão Social & Tipologias de Destinatários

No eixo de Inclusão Social destacam-se os destinatários Comunidade Geral (21%), seguida de Crianças e Adolescentes (17.1%) e População-Sênior (17.5%).

Contrariamente ao que verifica no perfil geral, o número de ações que têm como destinatário Instituições de Ação Social/Rede Social Local é aqui apenas de cerca de 10%.

INCLUSÃO SOCIAL & TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5.1.



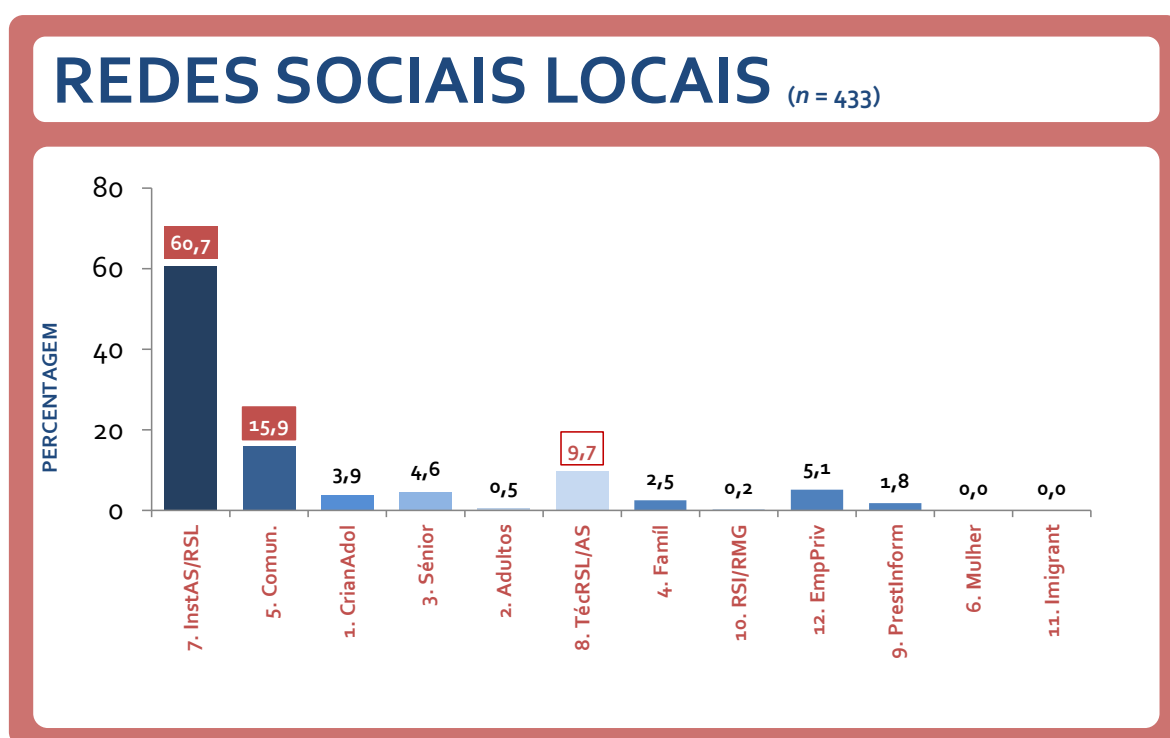
Redes Sociais Locais & Tipologias de Destinatários

Como seria expectável, o maior número de ações do eixo das Redes Sociais Locais, tem como destinatários as próprias instituições sociais ou rede social local no sentido coletivo das mesmas (60.7%).

Ainda neste eixo, um número considerável de ações destinam-se à Comunidade Geral (15.9%) e especificamente para profissionais que são Técnicos da Rede Social Local, ou de instituições de AS não integrantes da rede (9.7%).

REDES SOCIAIS LOCAIS & TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5.2.



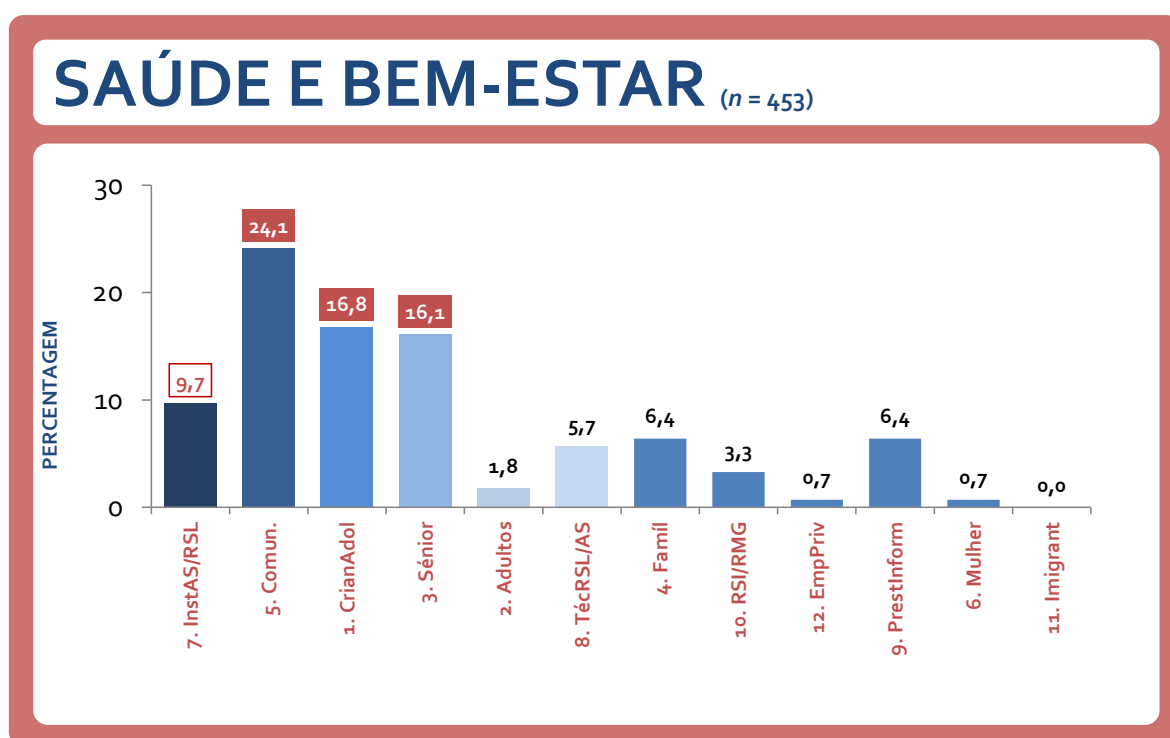
Saúde e Bem-Estar & Tipologias de Destinatários

No eixo Saúde e Bem-Estar cerca de um quarto das ações (24.1%) têm a Comunidade Geral como destinatário.

Têm também representatividade considerável nas ações centradas na saúde e bem-estar os seguintes Destinatários: Crianças e Adolescentes (16.8%) e População-Sénior (16.1%). As próprias instituições sociais ou rede social local são os destinatários diretos de 9.7% das ações desenhadas para a promoção de saúde e bem-estar.

SAÚDE E BEM-ESTAR & TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5.3.



Educação, Formação e Qualificação & Tipologias de Destinatários

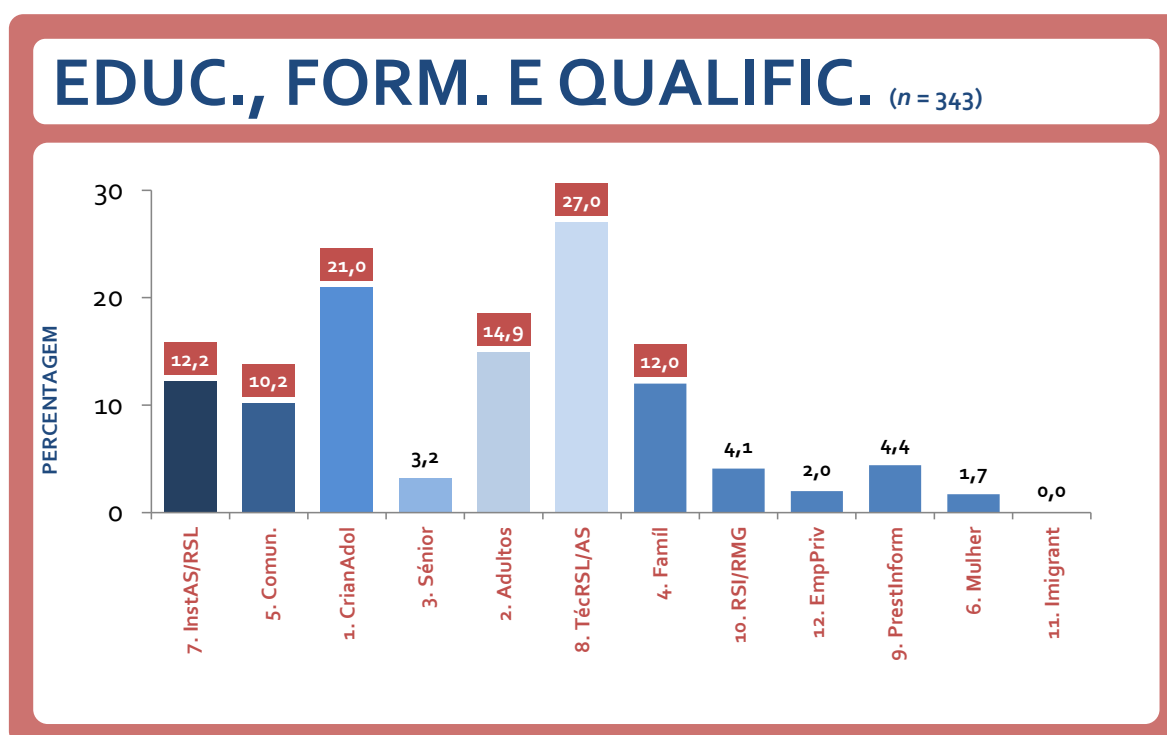
No eixo estratégico Educação, Formação e Qualificação o maior número de ações, mais de um 1/4 destina-se aos Técnicos da Rede Social Local, ou de instituições de AS não integrantes da rede (27%).

Embora, expectável, destaca-se também o destinatário Crianças e Adolescentes para o qual foram planeadas 21% das ações do conjunto de municípios centradas na educação, formação e qualificação.

Ainda com representatividade relevante nas ações desenvolvidas neste eixo estratégico encontram-se os seguintes Destinatários: Adultos (14.9%), Instituições de Ação Social/Rede Social Local (12.2%), Comunidade Geral (10.2%) e Família (12%).

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO & TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5.4.



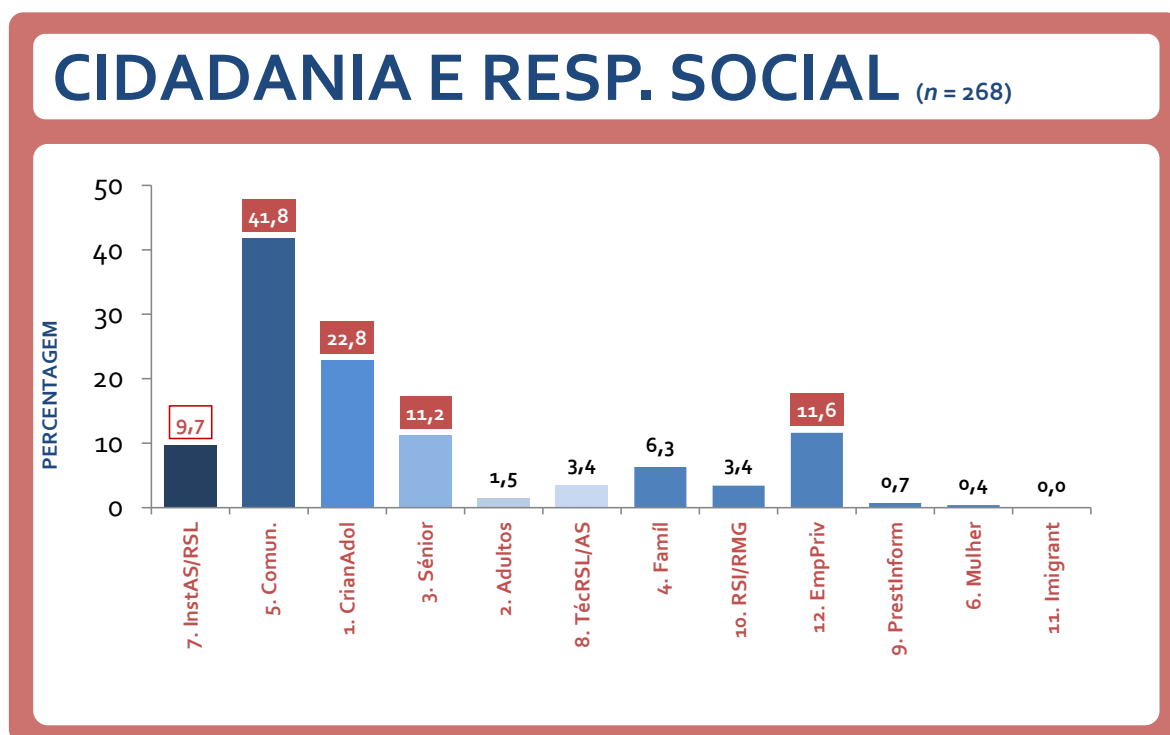
Cidadania e Responsabilidade Social & Tipologias de Destinatários

Mais de 1/3 das ações do eixo Cidadania e Responsabilidade Social são destinadas à Comunidade Geral (41.8%), sendo também elevada a percentagem daquelas em que os destinatários diretos são Crianças e Adolescentes (22.8%).

Merecem ainda destaque neste eixo estratégico os seguintes destinatários: População Sénior (11.2%), Empresas Privadas (11.6%), e Instituições de Ação Social/Rede Social Local (9.7%).

CIDADANIA & RESPONSABILIDADE SOCIAL E TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5-5.



Emprego & Tipologias de Destinatários

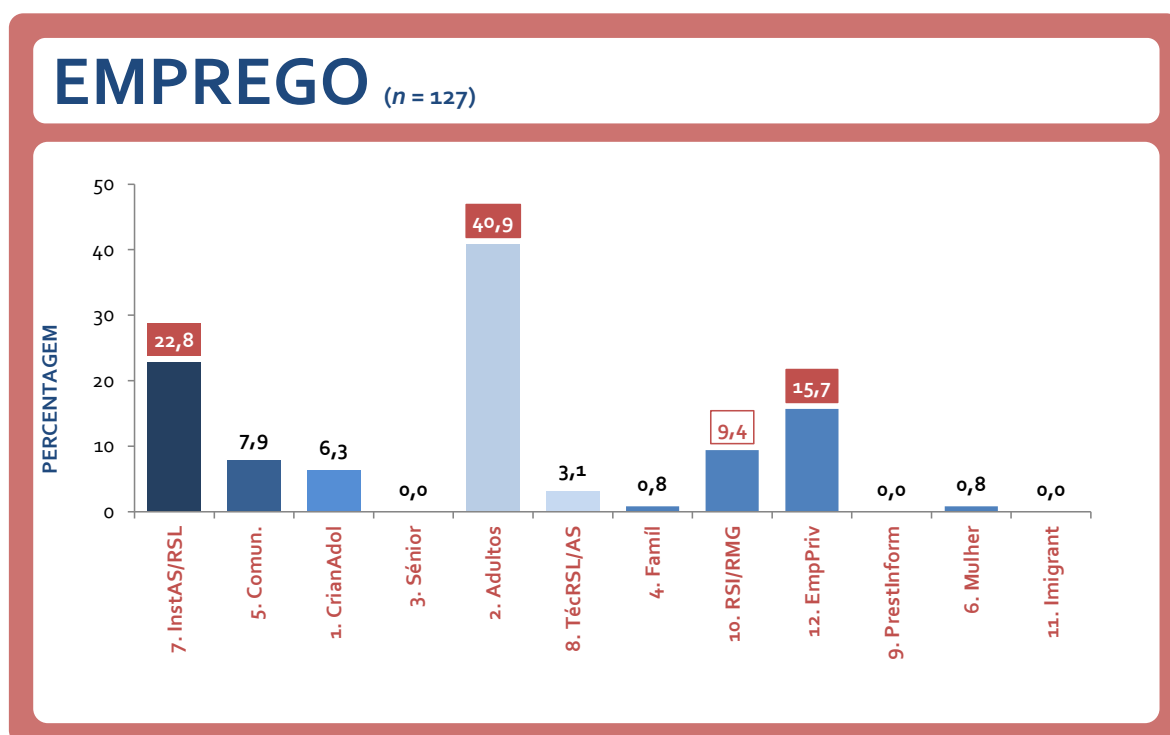
Como se assinalou acima, em termos globais, o eixo estratégico Emprego é aquele para o qual os municípios da AMP planearam menor número de ações. Contudo, verifica-se que de entre as que ali são categorizadas mais de 1/3 têm como destinatários os Adultos (40.9%), logo um número considerável ($n = 52$).

Destaca-se também que quase ¼ das ações planeadas no eixo Emprego se destinam às próprias Instituições de Ação Social/Rede Social Local (22.8%).

Um conjunto relevante de ações deste eixo tem os seguintes destinatários: Empresas Privadas (15.7%), e Beneficiários RSI/RMG (9.4%).

EMPREGO & TIPOLOGIAS DE DESTINATÁRIOS DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.5.6.



2.6. TIPOLOGIAS DE POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO

O Perfil Estratégico da ação social no contexto dos municípios considera também a análise às ações planeadas em função do que é designado por População-Alvo ou Área de Intervenção.

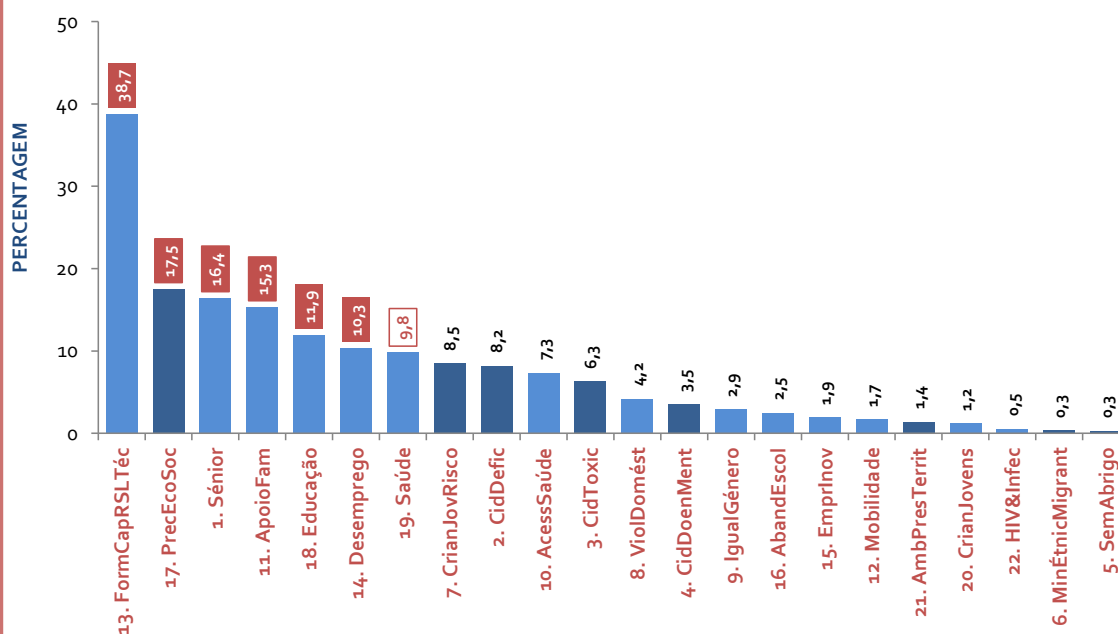
Na secção anterior o perfil centrou-se naqueles que foram diretamente envolvidos nas ações. Convencionámos designá-los de Destinatários, por contraste com os grupos ou entidades coletivas que são os beneficiários últimos em tornos dos quais se estrutura o objetivo das mesmas. Desta feita o perfil aborda justamente estes últimos, ou o “objetivo” central das mesmas: daí a designação População-Alvo ou Áreas de Intervenção.

São contemplados no perfil uma série extensa de população-alvo e áreas de intervenção: (1) População Sénior, (2) Cidadãos com Deficiência, (3) Cidadãos Toxicodependentes, (4) Cidadão com Doença Mental, (5) Cidadãos Sem-abrigo, (6) Minorias Étnicas/Emigrantes, (7) Crianças e Adolescentes em Risco, (8) Crianças e Jovens; Área de Intervenção - (9) Violência Doméstica, (10) Igualdade de Género, (11) Acesso à Saúde, (12) Apoio à Família, (13) Mobilidade, (14) Formação e Capacitação da Rede Social e seus Técnicos, (15) Desemprego, (16) Empreendedorismo, Inovação, (17) Abandono Escolar, (18) Precariedade Económica e Social (pessoas e famílias), (19) Educação, (20) Saúde, (21) Ambiente e Preservação do Território, (22) HIV/Sida e Outras Doenças Infetocontagiosas.

FIGURA 2.6.

POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

ÁREA DE INTERVENÇÃO OU POPULAÇÃO-ALVO



Como pode constatar-se na Figura 2.6, em mais de 1/3 do total das ações a Formação e Capacitação da Rede Social e seus Técnicos (38.7%) foi a área privilegiada de intervenção. Não os consideramos aqui enquanto “população-alvo”, mas foram estes profissionais os beneficiários destas ações.

Do vasto conjunto de categorias merecem destaque as seguintes áreas de intervenção: Precariedade Económica e Social (17.5%), Apoio à Família (15.3%), Educação (11.9%), Desemprego (10.35%) e Saúde (9.85%). Entre as populações-alvo destaca-se claramente a População-Sénior (16.4%), e, com menor representatividade, as Crianças e Jovens em Risco (8.5%) e os Cidadãos Portadores de Deficiência (8.2%).

2.7. EIXOS ESTRATÉGICOS E POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO

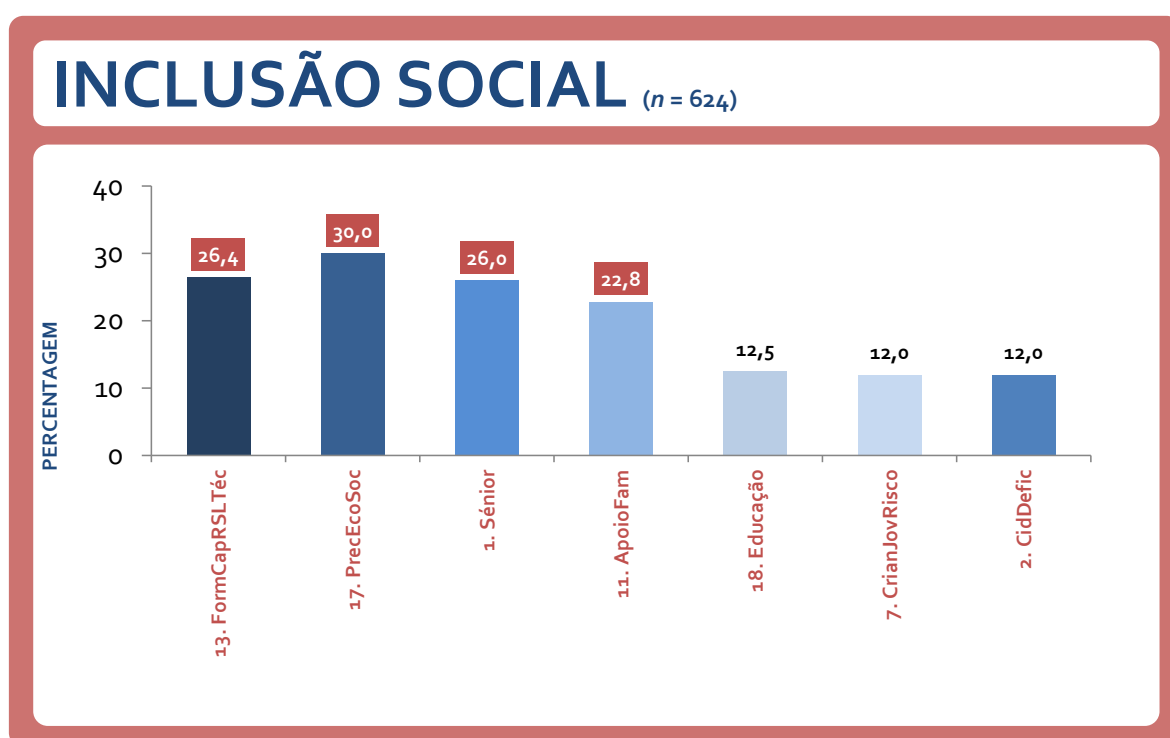
Apresenta-se nesta secção o Perfil Estratégico da ação social no contextos dos 17 municípios, caracterizando os Eixos Estratégicos que a estrutura em função das populações-alvo que são os beneficiários últimos diretos (População-Alvo) ou indiretos das mesmas (Área de Intervenção). Nas Figuras 2.7.1 a 2.7.6 apresenta-se esse perfil.

Inclusão Social & População-Alvo ou Área de Intervenção

Como pode verificar-se na Figura 2.7.1, as ações do eixo Inclusão Social desenhadas particularmente para a População Sénior (26%) e nas áreas de intervenção Precariedade Económica e Social (30%), Formação e Capacitação da Rede Social e seus Técnicos (26.4), e Apoio à Família (22.8%).

INCLUSÃO SOCIAL & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7.1.



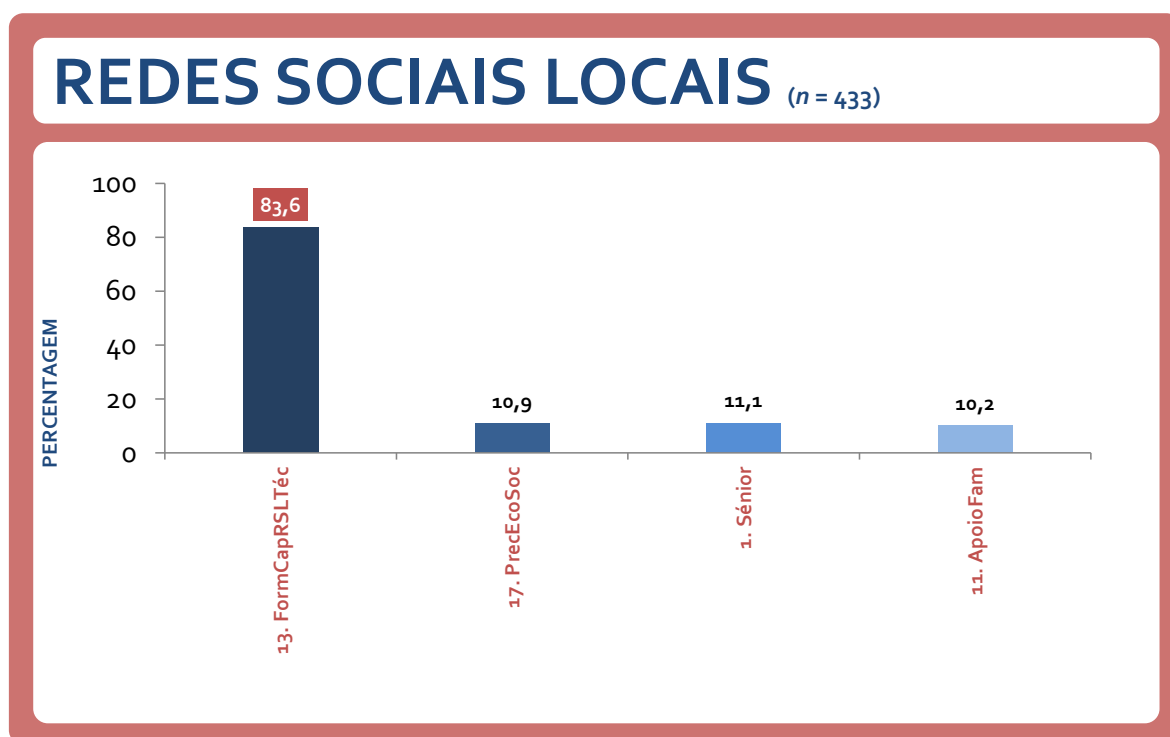
Redes Sociais Locais & População-Alvo ou Área de Intervenção

As ações categorizadas no eixo estratégico Redes Sociais Locais centraram-se essencialmente, como seria previsível, na área de intervenção relativa à Formação e Capacitação da Rede Social e dos seus Técnicos (83.6%).

Importa salientar que, como se ilustra na Figura 2.7.2, neste eixo estratégico apenas foi possível identificar com clareza outras 3 populações-alvo ou áreas de intervenção: Precariedade Económica e Social (10.9%), População Sénior (11.1%), e Apoio à Família (10.2%).

REDES SOCIAIS LOCAIS & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7.2.

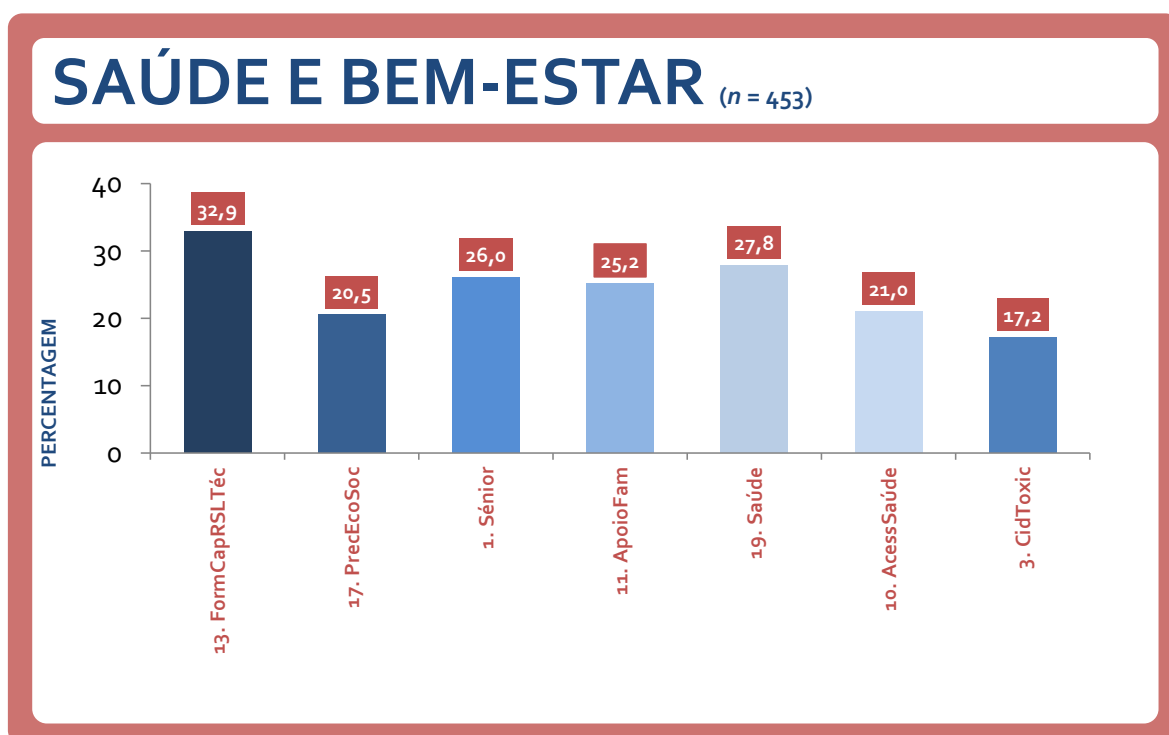


Saúde e Bem-Estar & População-Alvo ou Área de Intervenção

Como pode constatar-se na Figura 2.7.3, a ação social dos municípios no eixo estratégico Saúde e Bem-Estar distribui-se num espetro muito mais amplo de populações-alvo ou áreas de intervenção, todas elas com representatividade considerável: Formação e Capacitação da Rede Social e dos seus Técnicos (32.9%), Saúde (27.8%), População-Sénior (26%), Apoio à Família (25.2%), Acesso à Saúde (21%), Precariedade Económica e Social (20.5%), Cidadão Toxicodependentes (17.2%).

SAÚDE E BEM-ESTAR & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7.3.



Educação, Formação e Qualificação & População-Alvo ou Área de Intervenção

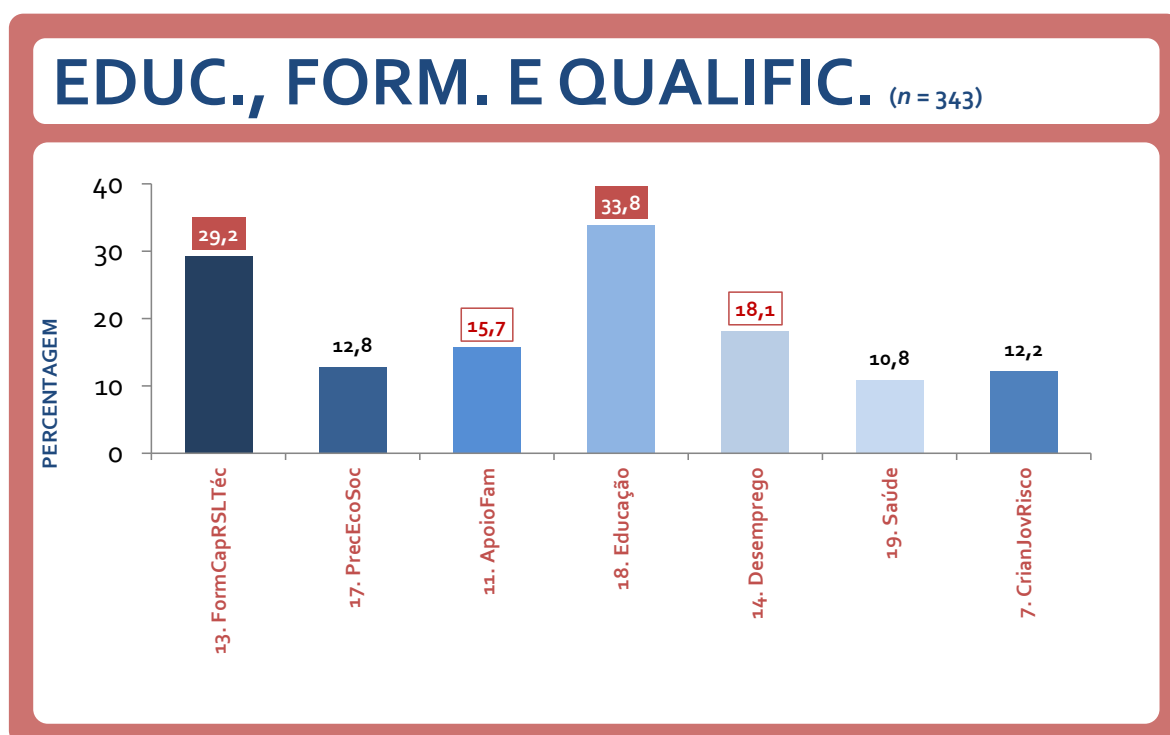
Sem surpresa, como se retrata na Figura 2.7.4, a estratégia da ação social dos municípios na Educação, Formação e Qualificação distribui-se mais fortemente nas duas áreas de intervenção que, na generalidade das políticas ou orientações para a ação social, mais estruturam este eixo estratégico, designadamente: por um lado, a Educação (33.8%), seja pela via formal ou informal, e, por outro, a Formação e Capacitação da Rede Social e dos seus Técnicos (29.2%).

Destacam-se também duas outras áreas de intervenção, o Desemprego (18.1%) e o Apoio à Família (15.7%), nas quais o eixo de Educação, Formação e Qualificação tende a representar funções estruturantes nas políticas de ação social.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7.4.

102



Cidadania e Responsabilidade Social & População-Alvo ou Área de Intervenção

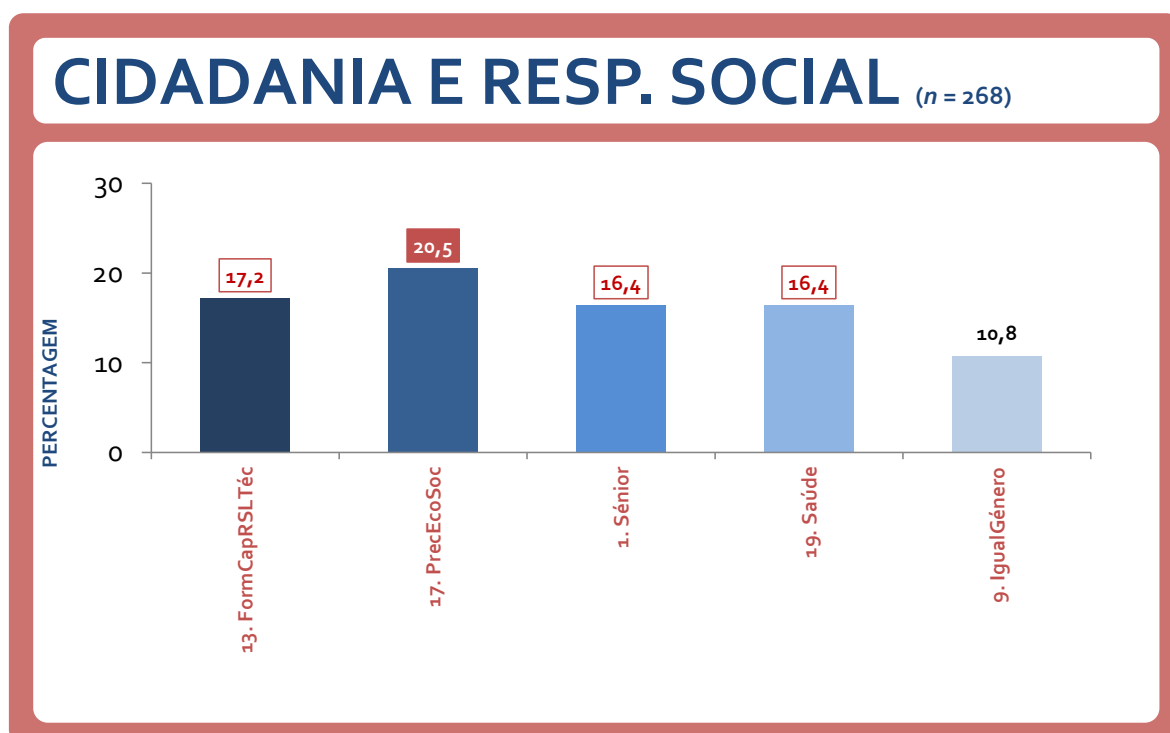
No eixo estratégico Cidadania e Responsabilidade Social destacam-se as ações desenvolvidas tendo em vista as situações de Precariedade Económica e Social (20.5%).

Numa segunda linha de representatividade entre as ações categorizadas neste eixo encontram-se as que foram planeadas visando a Formação e Capacitação da Rede Social e dos seus Técnicos (17.2%), da População Sénior (16.4%) e para a Saúde (16.4%).

Embora em menor número do que os domínios acima mencionados, também ações centradas na Igualdade de Género têm um peso relativo assinalável neste eixo (10.8%).

CIDADANIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7.5.

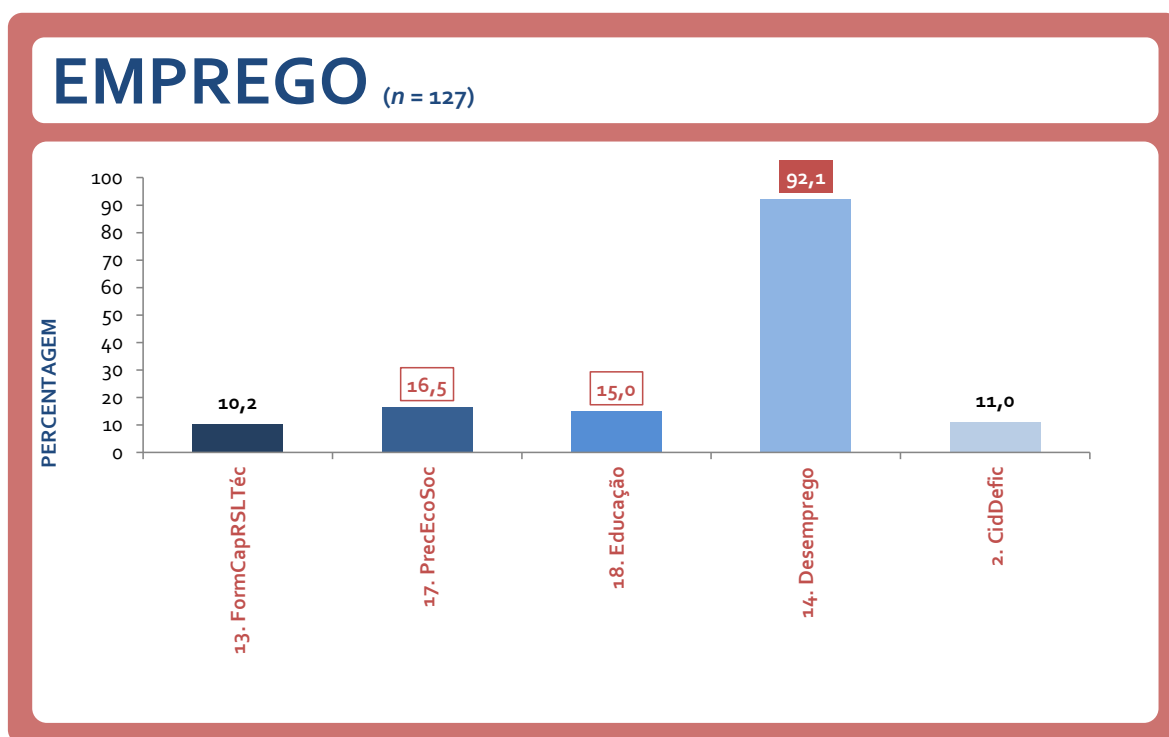


Cidadania e Responsabilidade Social & População-Alvo ou Área de Intervenção

A estratégia dos municípios no eixo Emprego estrutura-se fundamental em torno do Desemprego (92.1%) enquanto área de intervenção. Contudo, estas mesmas ações surgem articuladas com outras áreas de intervenção, que, embora muito menos relevantes, têm uma representatividade relativa neste eixo que não é negligenciável, designadamente: Precariedade Económica e Social (16.5%), Educação (15%), Cidadãos Portadores de Deficiência (11%), e Formação e Capacitação da Rede Social e dos seus Técnicos (10.2%).

EMPREGO & POPULAÇÃO-ALVO OU ÁREA DE INTERVENÇÃO DA AÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DOS 17 DA AMP

FIGURA 2.7-5.



2.8. NOTAS FINAIS

Os resultados apresentados nas seções anteriores, emanados da análise exclusivamente centrada na cerca de uma centena de dispositivos que enquadraram as orientações políticas, estratégicas e também operativas da ação social no contexto dos 17 municípios, permitem identificar algumas características marcantes desse Perfil Estratégico.

Em primeiro lugar, identificaram-se com clareza 6 grandes Eixos Estratégicos nos quais se estruturou a ação social nos municípios da AMP: Saúde e Bem-Estar; Educação, Formação, Qualificação; Emprego; Inclusão Social; Cidadania e Responsabilidade Social; e Redes Sociais Locais. **Entre estes grandes eixos, destaca-se o da Inclusão Social para o qual foi desenhada cerca de metade das ações que estruturaram a ação social do conjunto dos 17 municípios.** Neste perfil global **destacam-se outros dois eixos estratégicos de elevada representatividade: um que se refere às ações focadas na promoção da Saúde e Bem-Estar e outro relativo àquelas especificamente desenhadas para a capacitação das próprias Redes Sociais Locais.** Destaca-se também o eixo estratégico Emprego para o qual foi desenvolvida uma fatia muito menor da ação social dos municípios.

105

Num segundo nível de análise estruturou-se o perfil da ação social dos municípios em função de 3 Dimensões Estratégicas que a estruturaram: as ações foram caracterizadas consoante estas se centraram em Modalidades de Funcionamento e/ou Processos; Capacitação e Formação; e Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos. Verifica-se que **cerca de metade das ações desenvolvidas pelos municípios** foram enquadradas numa estratégia orientada para a otimização das Modalidades de Funcionamento ou dos Processos subjacentes à implementação das mesmas pelos diferentes agentes do contexto da ação social local.

Analizando a forma como as ações nos 6 grandes Eixos Estratégicos foram estruturadas em função destas 3 Dimensões Estratégicas, destacam-se alguns aspetos relevantes no perfil a 17: (1) A ação social desenvolvida nos eixos **Saúde e Bem-Estar e Inclusão Social foi essencialmente desenhada mediante uma estratégia focada nas Modalidades de Funcionamento.** Evidentemente, dada a sua natureza, o mesmo se

verifica no eixo Redes Sociais Locais; (2) A **Capacitação e Formação** foi a dimensão estratégica que mais fortemente orientou a ação social no eixo Educação, Formação e Qualificação, mas sobretudo no de Cidadania e Responsabilidade Social; (3) A Criação, Adaptação, Rentabilização de Estruturas ou Equipamentos esteve muito menos presente na estratégia da ação social dos municípios do que as demais dimensões. Contudo, teve um papel relevante na definição da estratégia nos eixos Inclusão Social, Redes Sociais Locais, e Saúde e Bem-Estar.

No que concerne ao perfil dos Destinatários da ação social dos municípios (que podemos definir como sendo aqueles “com quem” as ações são executadas), destacam-se os seguintes, numa tipologia que identificou 12 alvos diferentes: (1) por um lado destaca-se o número mais elevado de ações **desenvolvidas especificamente para as Instituições de Ação Social/Rede Social Local ou para a Comunidade em Geral**; (2) **de entre as populações** ou grupos-alvo, as **Crianças e Adolescentes e a População-Sénior** são aqueles a quem se destina um **maior número de ações**.

Da análise ao perfil dos destinatários através dos 6 Eixos Estratégicos destacamos os seguintes aspetos: (1) **No eixo de Inclusão Social destacam-se os destinatários Comunidade Geral (21%), seguida de Crianças e Adolescentes (17.1%) e População-Sénior (17.5%).**